



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PR	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Democratas	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Dr. Batista
Bloco PSB/PR/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 152

139ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Proposta de Emenda Constitucional 03

Ofícios 03

Indicações 04

Requerimentos 04

Projetos de Lei 12

Pequeno Expediente:

Dep. Plauto Miró 15

Dep. Reni Pereira 17

Dep. Jocelito Canto 17

Dep. Geraldo Cartário 18

Grande Expediente:

Dep. Augustinho Zucchi 20

Horário das Lideranças:

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró 16

Liderança do PDT

Dep. Geraldo Cartário 19

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 24

Liderança do Bloco PSB/PRB/PR/PV

Dep. Ribas Carli Filho 25

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano 26

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 27

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 28

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 30

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em) 31

3ª Discussão 31

2ª Discussão 32

1ª Discussão 32

Requerimentos 34

Encerramento da Sessão 37

Transcrição 37

Publicações:

Presidência

Atos 38

Ata de Comissão

Especial de Reforma da

Constituição 39

DIÁRIO Nº 152

139ª SESSÃO ORDINÁRIA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 139ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE NOVEMBRO DE 2007**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Ribas Carli e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva,

Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47).

Ausente o Sr. Deputado Luiz Fernandes Litro (01).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Luiz Accorsi, Edgar Bueno, Pedro Ivo, Professor Luizão e Rosane Ferreira (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Proposta de Emenda Constitucional

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º O parágrafo 3º do artigo 210-A, da Constituição do Estado do Paraná, passará a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º Os serviços públicos de saneamento e de abastecimento de água serão prestados por pessoas jurídicas de direito público ou por sociedade de economia mista, sob controle acionário e administrativo do Poder Público estadual ou municipal.”

Art. 2º Esta emenda constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

Apoiamento:

Duílio Genari, Miltinho Puppio, Jocelito Canto, Elton Welter, Teruo Kato, Luiz Eduardo Cheida, Waldyr Pugliesi, Beti Pavin, Cida Borghetti, Caíto

Quintana, Luciana Rafagnin, Mamede, Augustinho Zucchi, Carlos Simões, Péricles de Mello, Artagão Júnior, Dobrandino da Silva e Luiz Claudio Romanelli.

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposta de emenda à constituição estadual, com o objetivo de revigorar a idéia inicial da Proposição nº 083/04, que originou a Emenda Constitucional nº 022/07.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a provação da presente proposição.

Ofícios

Sob o nº CEE/CC 2077/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Elio Rusch, que solicita informações do Governo do Estado acerca do depósito ou remessa dos 25% provenientes da compensação ou transação de créditos tributários estaduais que devem ser destinados aos municípios, de acordo com a Lei Complementar nº 063/90. **Ao conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

Sob o nº 623/07-GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando para a superior deliberação desta Casa, o anteprojeto de lei, que trata de matéria atinente ao referido Tribunal, devidamente acompanhado da exposição de motivos. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 624/07-GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando para a superior deliberação desta Casa, o anteprojeto de lei, que trata de matéria atinente ao corpo de servidores do referido Tribunal. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2659/07-OPD/GP do Sr. Henrique Naigeboren - Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em exercício, encaminhando cópia do Acórdão nº 2834/07 - Primeira Câmara, contido no Processo nº 51370/03 - TC, referente à Impugnação de Despesas da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1011/07-DRTS do Sr. Antonio Lopes de Noronha - 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando fotocópia da decisão proferida nos autos de Medida Cautelar nº 112382-0/13, de Foz do Iguaçu, em que figuram como requerente Dobrandino Gustavo da Silva e requerido Ministério Público do Estado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 388/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Informação nº 642/07/GS/SEEC, acerca da Indicação Legislativa nº 324. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 389/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia de Ofício GS/0569/07/SEAB, acerca da Indicação Legislativa nº 254. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 390/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia de Ofício nº 5062/07/COHAPAR, acerca da Indicação Legislativa nº 450. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 391/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia de Ofício nº 22145/07/SEED, acerca da Indicação Legislativa nº 251. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 392/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia de Ofício nº 0520/07/GS/SEAB, acerca da Indicação Legislativa nº 407. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC nº 393/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia de Ofício nº 0294/07/GS/SEPL, acerca da Indicação Legislativa nº 479. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 158/07

Curitiba, em 22 de novembro de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho o presente a finalidade de informar que nos dias 26, 27, 28 e 29, o Sr. Edgar Bueno, Deputado Estadual desta Assembléia Legislativa foi indicado como Delegado da 3ª Conferência Nacional das Cidades.

O evento esta sendo realizado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães em Brasília/DF.

Atenciosamente.

(a) EDGAR BUENO

OFÍCIO Nº 275/07

Curitiba, em 26 de novembro de 2007.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária de hoje - 26 de novembro de 2007 - por encontrar-me com problemas de saúde e, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos naqueles dias.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

Indicação

INDICAÇÃO Nº 369/07

SÚMULA:

Sugere a doação, ao município de Capanema, de área de terras do DER, conforme especifica.

Ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado.

O Deputado Caíto Quintana, dirige-se a V. Exa. para sugerir o seguinte:

- Sejam tomadas providências urgentes no sentido de efetivar a doação, à Prefeitura Municipal de Capanema, de uma área de terras com 12.100,69 m2, a ser desmembrada de parte da área desapropriada do lote rural nº 92, da gleba 145-CP, para a faixa de domínio da rodovia PR-889, trecho entroncamento da PR-281 à Ponte do Rio Santo Antonio (divisa Brasil-Argentina), entre os quilômetros 01 mais 20 metros a 01 mais 230 metros, com matrícula nº 24.894 do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Capanema-PR.

Conforme informações recebidas da Prefeitura Municipal, em 17 de novembro de 2006, foi realizada uma Escritura Pública de Desapropriação Amigável em favor do DER, de uma área de terras com 46.822,50 m2, que havia sido declarada de utilidade pública pelo Decreto Estadual nº 3082, de 08 de março de 1994, para a construção do acesso à Ponte do Rio Santo Antonio, na divisa do Brasil e Argentina.

Sobre a parte da mencionada área, a Prefeitura Municipal de Capanema, construiu, com recursos próprios, um prédio para abrigar a alfândega de fiscalização da referida ponte internacional, até o momento não averbado.

Para que a Prefeitura Municipal de Capanema possa providenciar a averbação e, posteriormente, efetuar a doação à esfera federal, é necessário que o estado do Paraná faça a doação da área de 12.100,69 m2, desmembrada da área desapropriada, ao mencionado município de Capanema.

Conforme entendimentos com órgãos federais, serão necessárias novas instalações para abrigar a Polícia Federal e órgãos de controle sanitário do Ministério da Agricultura, além de outros, o que somente poderá ser feito após a doação do imóvel ao Governo Federal.

Estas, portanto, as razões do encaminhamento da presente Indicação Legislativa.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3511

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, votação em bloco, requerimentos do Deputado Jocelito Canto da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 3452

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os

projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3464

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 645/07 e 793/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que tem por objetivo dispor sobre a obrigatoriedade da divulgação semestral de gastos em publicidade, por tratar da mesma matéria.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 3498

Senhor Presidente:

Solicita o encaminhamento à Mesa Executiva, REQUERENDO a realização de Sessão Solene no dia 05 de dezembro de 2007, às 17h00, em homenagem ao Coritiba Foot Ball Club, em razão da conquista do Campeonato Brasileiro da Série B.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 3487

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcado no dia 03 de abril de 2008 a entrega do título de Cidadão Honorário ao Sr. Osni Prates Pacheco, conforme Lei Estadual nº 10995.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 3488

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à Diretoria e Funcionários da Empresa Aramart - Indústria de Aramados de Pato Branco, pelo recebimento do troféu Prêmio Sesi Qualidade de Vida no Trabalho (PSQT) - Região Sul, outorgado pelo Sesi Nacional, em solenidade realizada na Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, no último dia 12 de novembro, em São Paulo.

Do aprovado requer ainda, e se dê ciência ao Sr. Valter Trojan, Diretor Proprietário da Aramart - Indústria de Aramados, e ao Sr. Julio Arlindo da Silva, representando os funcionários, no endereço: R. Theóphilo Petricoski, s/nº - São Roque do Chopim, Distrito de Nova Espera, Caixa Postal 373 - CEP 85514-650 - Pato Branco/PR.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que hoje homenageamos a Empresa Aramart - Indústria de Aramados de Pato Branco, pelo recebimento do troféu Prêmio Sesi Qualidade de Vida no Trabalho (PSQT) 2007, Região Sul do Brasil, outorgado pelo Sesi Nacional, em solenidade realizada na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp, no último dia 12 de novembro.

A conquista do prêmio se deve ao reconhecimento à empresa patobranquense Aramart pelo desenvolvimento industrial com ações voltadas ao bem estar de seus colaboradores, gestão de pessoas e ações voltadas à educação, desenvolvimento profissional, segurança no trabalho e responsabilidade sócio ambiental.

O PSQT - Prêmio Sesi Qualidade de Vida no Trabalho é uma iniciativa dos empresários industriais brasileiros para estimular a responsabilidade social corporativa e reconhecer o esforço na adoção de medidas que garantam qualidade de vida aos funcionários.

Este ano, a edição do prêmio registrou um total de 2.430 inscrições de empresas de todos os estados do país, que empregam 457.343 trabalhadores da indústria e investem em responsabilidade social e na qualidade de vida de seus colaboradores e funcionários.

A etapa nacional que será disputada pelas vencedoras regionais será no próximo dia 27 de novembro em Brasília.

A Assembléia Legislativa do Paraná, em nome deste Deputado parabeniza a Empresa Aramart - Indústria de Aramados, pelo merecimento de tão nobre prêmio que demonstra a referência de suas ações voltadas para o desenvolvimento industrial com ênfase na qualidade de vida.

REQUERIMENTO Nº 3489

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Diretor Geral Marcos Formighieri, do Jornal Gazeta do Paraná, enviando-lhes voto de congratulações, em razão da comemoração do aniversário do veículo de comunicação.

O jornal Gazeta do Paraná oferece informação à comunidade de Cascavel e região há 16 anos e em razão do trabalho competente e sério realizado, merecendo a homenagem da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3494

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para que fique registrado para posteridade, voto de congratulações e aplausos ao Coritiba Foot Ball Clube pela conquista do título de campeão brasileiro

do campeonato da série B, conseqüentemente passando no próximo ano para competir no Brasileirão da série A.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Dr. Giovanni Gionédís, Presidente do Coritiba Foot Ball Clube, para que receba e transmita à todos os companheiros de diretoria, aos membros da comissão técnica, atletas, associados e torcedores, para que recebam grandes homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O tradicional Coritiba Foot Ball Clube completou 98 anos de feliz existência. Conquistando o Campeonato da série B do Brasileiro. No próximo ano, voltara a disputar o campeonato da série A, onde é por tradição o seu verdadeiro lugar.

Infelizmente, a volta olímpica pela conquista do Campeonato foi realizada em Recife, muito distante da brilhante torcida dos participantes coxas brancas, entretanto, aqui em Curitiba como de resto em todo o estado do Paraná, foram ouvidos grandes estrondos e gritos de é campeão, é campeão, que ecoou firmemente pela consagração a volta da primeira divisão do Campeonato Brasileiro.

Ontem, na chegada dos campeões no aeroporto internacional Afonso Pena, foram recebidos pela imensa torcida, seguida de um trem elétrico e de uma grande carreata em todo o trecho com buzinaço e fogos de artifícios até o estádio do Coritiba no Alto da Glória, prolongando-se até altas horas da noite.

Saudamos, mais uma vez a todos os diretores técnicos, atletas e as torcidas e a todos aqueles que lutaram e lutam pelo bem do tradicional Coritiba Foot Ball Clube, que agora volta para o seu verdadeiro lugar que é a série A do Campeonato Brasileiro.

REQUERIMENTO Nº 3495

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município Porto Vitória pela passagem de seus 43 anos de emancipação política, no próximo dia 08 de dezembro de 2007.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Kurt Nielsen Júnior, Prefeito Municipal, a Vice-Prefeita, Sra. Almiraci Ignês Rauber bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Porto Vitória.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população de Porto Vitória, radiante de alegria, estará comemorando a passagem do seu 43º aniversário

de emancipação política, no próximo dia 08 de dezembro de 2007. Assim sendo, parabenizamos as autoridades constituídas do município bem como o povo em geral.

Os Prefeitos quando assumem sejam reeleitos ou eleitos iniciam suas gestões com grandes responsabilidades. A responsabilidade vai muito além de ter lisura nos atos, de praticar a honestidade, cumprir os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral.

Por tudo isto, é que temos certeza que continuaremos contando com o efetivo trabalho do Sr. Prefeito Kurt Nielsen Júnior e sua valorosa equipe que continua dando o melhor de seus esforços em prol do desenvolvimento do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se às manifestações de júbilo da população de Porto Vitória, pelo transcurso da significativa data.

REQUERIMENTO Nº 3496

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de São Jorge do Ivaí, pela passagem, no próximo dia 08 de dezembro de 2007, do seu 52º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Milton Muzulon, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Baltazar Bravo Coco bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de São Jorge do Ivaí.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 08 de dezembro de 2007, o município de São Jorge do Ivaí, estará comemorando seus 52 anos de emancipação política, e, temos certeza, será com grandes festividades para alegria de toda a população.

A importância do município é indiscutível, sendo dentro do modelo brasileiro as suas competências, tendo no entanto, ao seu encargo, inúmeras atribuições. São os prefeitos que conhecem mais de perto as agruras da população.

O Legislativo exercendo livre e soberanamente suas prerrogativas, cumprindo com seus deveres e representando legitimamente o povo que o escolhe, jamais foi uma dádiva ou doação generosa do Poder. Ao contrário, é a conquista dos povos livres e dos municípios pela mobilização; lograram instituir, preservar e aprimorar aquele que trabalha.

Os vereadores do município de São Jorge do Ivaí, proporcionam ao Executivo, mais que sua cooperação, sua solidariedade e sua participação, significando esperança para o futuro, trilhando o caminho que levará ao sucesso.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em associar-se às manifestações de júbilo das autoridades e do povo em geral pelo transcurso do 52º aniversário de emancipação política de São Jorge do Ivaí.

REQUERIMENTO Nº 3497

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Paula Freitas pela passagem de seus 43 anos de emancipação política, no próximo dia 08 de dezembro de 2007.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Paulo Henrique Matos de Almeida, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Mauro Feliz dos Santos bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Paula Freitas.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Este Parlamentar sempre presente nos acontecimentos que marcam a vida da população de Paula Freitas, manifesta sua satisfação por estar participando do progresso dessa cidade que jubilosamente estará comemorando o seu 43º aniversário de emancipação política.

O desenvolvimento de uma coletividade municipal depende de vários fatores. Entre eles estão o grau de participação de seus membros com prefeitos e vereadores na discussão dos assuntos que lhes dizem respeito e a qualidade de seus representantes. Numa sociedade democrática há de existir necessariamente, participação e representatividade.

O legítimo exercício das funções legislativas e executivas repousa justamente no consentimento popular. Ao serem eleitos, tanto Prefeito como Vereador, recebem uma delegação para agirem em nome do interesse do povo, e, cabe à sociedade fiscalizar suas atuações. É muito importante reconhecer e prestar homenagem às pessoas que contribuíram e continuam dando sua parcela de contribuição para o completo desenvolvimento do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, associa-se às manifestações de júbilo das autoridades e do povo em geral, no transcurso dos 43 anos de emancipação política de Paula Freitas.

REQUERIMENTO Nº 3501

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações a comunidade negra da cidade de Ponta Grossa, através do Presidente

do Movimento da Conscientização da Raça Negra de Ponta Grossa, José Luiz Teixeira, pela passagem, no dia 21 de novembro, do Dia da Consciência Negra.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada ao Movimento da Consciência Negra de Ponta Grossa, a R. Coronel Dulcídio, 468 - Centro - CEP 84010-280 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3507

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de congratulação ao Sr. Antonio Satoshi Shima, pelo prêmio Profissional de Tecnologia da Informação 2007, recebido em São Paulo, no último dia 22.

O Sr. Antonio Satoshi Shima é o gerente de Organização e Sistemas da COAMO Agroindustrial Cooperativa a 20 (vinte) anos e atua na área de Tecnologia da Informação a mais de 30 (trinta) anos. Formado em administração de empresas, o Sr. Antonio foi agraciado com o citado prêmio em São Paulo, no Hotel Unique, promovido pela renomada revista Informática Hoje.

A escolha dos vencedores em diversas categorias como Agronegócios, Finanças, Bancos, Comércio, Educação, Governo/Empresa Pública, Indústria e Comércio, Saúde e Serviços foi feita com base nas indicações recolhidas junto a um Conselho de Notáveis, composto por mais de 500 (quinhentas) pessoas, representantes das entidades do setor e das empresas fornecedoras de soluções de TI - Tecnologia de Informação.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao Sr. Antonio Satoshi Shima, com endereço na COAMO - R. Fioravante João Ferri, 99 - CEP: 87308-445 - Campo Mourão-PR.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo Sr. Antonio Satoshi Shima que tão bem levou e leva o nome de nosso estado ao reconhecimento nacional.

Segundo informações obtidas com o diretor editorial da revista Informática Hoje, os profissionais selecionados são agraciados com o troféu de Profissional de Tecnologia da Informação do Brasil em 2007. O reconhecimento de um profissional paranaense sempre representará um orgulho para todo o nosso estado e, sem dúvida alguma, o Sr. Antonio Satoshi Shima representa com toda a sua excelência e qualidade profissional a exaltação de nossa gente.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 3510

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, que depois de ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, uma menção honrosa com votos de congratulações à Srta. Caroline Danielli - Miss Pato Branco - 2007, eleita em concurso realizado no último sábado.

Caroline Danielli, tem 18 anos de idade, e apesar de ser nascida em Nonoai - RS., reside em Pato Branco já há 2 anos e demonstrando o amor que sente pela sua nova cidade, será a sua representante no Concurso Miss Paraná - 2008, que ocorrerá no dia 03 de fevereiro próximo em Maringá.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 3485

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Federação Paranaense de Futebol, na pessoa de seu Presidente Hélio Pereira Cury.

O Sr. Hélio Pereira Cury, renomado empresário paranaense no setor do comércio esportivo, tomou posse como Presidente da Federação Paranaense de Futebol em 21 de novembro de 2007, entretanto já desenvolveu trabalhos como Vice-Presidente da referida entidade, onde atuou por 4 anos em prol do futebol paranaense há mais de 20 anos atrás.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 3491

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Dr. Francisco Miguel Stroparo Filho.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Francisco Miguel Stroparo Filho, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados na área da odontologia.

Nascido em Curitiba, desde cedo esteve habitando o círculo odontológico paranaense. Filho de Marilda Dória Guimarães Stroparo e de Francisco Miguel Stroparo, conhecido professor da Universidade Federal do Paraná, o Dr. Francisco formou-se pela mesma universidade em que seu pai lecionou por vários anos.

Também se pós-graduou em Ortodontia pela UFPR, sob a coordenação do Professor Eros Petrelli.

Além de atuar na Ortodontia, clínica em dois consultórios, na capital e em Araucária, na região metropolitana, ele passou a trabalhar em Radiologia Odontológica

e Imaginologia, tendo se especializado nessa área, inclusive com curso de Mestrado.

Dr. Francisco Stroparo também leciona na cadeira de Radiologia Odontológica e Imaginologia do UNICENP, uma das maiores instituições de ensino superior do sul do país.

REQUERIMENTO Nº 3492

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao General de Exército, José Elito Carvalho Siqueira, Comandante Militar do Sul.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Comandante do Exército Brasileiro, responsável pelo Comando Militar do Sul, o General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira, que desempenha com galhardia suas funções, elevando a honra desta instituição fundamental ao estado brasileiro, fazendo com que seja garantida a soberania nacional.

REQUERIMENTO Nº 3509

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de aplauso a Ricardo Spinosa, proprietário da Rádio Paiquerê FM, que, sob as bênçãos de Deus, está comemorando 50 anos no rádio brasileiro. O homenageado teve papel importante para elevar a potência da Paiquerê AM para 10.000 watts, de cuja emissora foi sócio. Ricardo Spinosa implantou a 1ª emissora FM de Londrina, a Paiquerê FM, com 50.000 watts. Mora em Londrina há 40 anos, sendo um dos comunicadores mais respeitados do rádio paranaense. É simplesmente fantástica a área abrangente da Paiquerê FM, que cobre com qualidade de 1º mundo municípios dentro de um raio superior a 300 quilômetros.

É a emissora, disparadamente, líder de audiência em toda essa área. Boa música, bons comunicadores e jornalismo que enche de orgulho cerca de 1 milhão de ouvintes, que adotaram a Paiquerê FM como sua grande paixão. O homenageado tem liderado inúmeras campanhas visando o desenvolvimento de Londrina e região, além de promover, com frequência, campanhas de apoio às camadas mais carentes da população. De parabéns todos os radialistas brasileiros pelo privilégio de contarem no seio da categoria com um profissional da competência honradez de Ricardo Spinosa, 50 anos servindo os brasileiros.

Requeiro que a homenagem deste Poder seja comunicada ao nosso homenageado.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3502

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de apoio ao Sr. João Carlos Barbiero, pelo programa JB Urgente, através do Presidente do Conselho Curador da TV Educativa de Ponta Grossa (FUNEP), Sr. Calixto Abrão Miguel Ajuz. Salientamos que o programa JB Urgente é de utilidade pública e grande relevância a população de Ponta Grossa.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser enviada a R. Augusto Ribas, 722 - Centro, CEP 84010-900 - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3508

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Exmo. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião, solicitando à Defesa Civil que sejam encaminhadas 5 mil chapas de eternit ao município de São João do Triunfo, para atender a população que sofreu uma tempestade de granizo e deixou os moradores desabrigados e a cidade em estado de calamidade pública.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Os moradores e a cidade de São João do Triunfo estão arrasados com a tempestade de granizo que ocorreu nesta segunda-feira, 26, deixando moradores desabrigados e a cidade em estado de calamidade pública. A chuva forte destelhou casas, destruiu plantações e danificou lavouras. A maior parte da população precisa de ajuda para recobrir suas casas e evitar maiores transtornos.

Conto com Vosso apoio nessa solicitação, de extrema importância para a população de São João do Triunfo.

REQUERIMENTO Nº 3490

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador José Antônio Vidal Coelho, solicitando estudos para a criação de Juizados Especiais Hospitalares, nas instituições públicas de saúde, que atendam mais de 20 mil pacientes por mês.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O crescente número de reclamações das pessoas que utilizam os hospitais públicos, que deveriam ser facilmente resolvidas, não raramente tornam-se grandes

problemas para todos, e a experiência positiva dos Juizados Especiais, com seu caráter eminentemente propositivo, buscando ajustes de vontades ao invés de demandas judiciais, seria de grande valia para estes conflitos, desafogando o Judiciário e melhorando o atendimento aos usuários dos serviços de saúde.

REQUERIMENTO Nº 3504

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de expediente para a PETROBRAS para informar se existem projetos para a extração de gás natural nos postos lacrados na região centro-oeste, em especial no município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3448

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador José Antonio Vidal Coelho, solicitando os seguintes documentos e informações:

1) Nos últimos cinco anos, quantas obras de construção e reforma de fóruns foram realizadas?

2) Todas as obras e reformas realizadas com licitação ou foi feita alguma dispensa? No caso de dispensa anexar o motivo.

3) Anexar as respectivas licitações.

4) Quem é o responsável pelos projetos das referidas obras?

5) De que forma é contratado o projeto?

6) Todas as obras foram concluídas na forma licitada?

7) Houve aditivos contratuais? Por que motivos? Anexar os aditivos.

8) Quem fiscaliza as obras de construção?

9) Como é feita a contratação e remuneração do fiscal?

10) Algumas das obras foram concluídas e apresentam defeitos de construção atualmente?

11) Que medidas estão sendo tomadas para sanar tais defeitos?

12) Houve multa para as empresas contratadas?

13) Que empresas já foram multadas e quais se dispuseram a efetuar as modificações?

14) Por que motivos o Tribunal de Contas não aceitou a obra de construção do Anexo do Fórum de Cascavel?

15) Há alguma irregularidade na obra do fórum da comarca de Castro? Fornecer cópia da licitação, do projeto e da obra realizada bem como dos pagamentos efetuados e eventuais notificações de irregularidades.

16) Que outras obras não foram aceitas?

17) Que medidas estão sendo tomadas para correção dessas obras?

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3449

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador José Antonio Vidal Coelho, solicitando os seguintes documentos e informações:

1. Qual o montante arrecadado anualmente nos últimos cinco anos a título de FUNREJUS?

2. Quem é responsável pela elaboração do orçamento do FUNREJUS?

3. Anexar os últimos cinco orçamentos?

4. São elaborados os anexos de metas e os relatórios de gestão exigidos pela LRF? Anexar os últimos cinco.

5. A criação de novos cargos, aumento de remuneração ou criação de novas comarcas é precedida do cumprimento das exigências dos artigos 15 a 17 da LRF?

6. Que despesas são pagas com o valores arrecadados ao FUNREJUS?

7. Que despesas foram executadas a título de custeio com os valores arrecadados? Relacionar tais despesas nos últimos cinco anos?

8. Qual o montante de valores recebidos na forma do artigo 3º item XVI?

9. A programação financeira de 2006, relativa ao FUNREJUS foi cumprida?

10. São feitas licitações para ocupação de área nas dependências dos fóruns das Comarcas para venda de comestíveis e livros, bem como instituições bancárias e caixas eletrônicas? Anexar as licitações realizada nos últimos cinco anos.

11. Qual o montante de receita arrecadada na forma do artigo 3º item XXII (descontos efetuados em folhas de pagamento). Anexar os demonstrativos.

12. Foram vendidas as ações da TELEPAR relativas à aquisição de telefones dos pertencentes ao poder Judiciário? De que forma foi feita à venda? Quanto foi arrecado? Juntar comprovantes.

13. Quanto foi repassado nos últimos cinco anos ao FUNPEN? Foi cumprido o percentual de 48% previsto na Lei?

14. Quanto foi gasto relativamente ao previsto no artigo 205 da CF/88? Como foi gasto, quais os critérios, quem recebeu?

15. Desses 2% dedicados ao Fomento da Pesquisa Científica e Tecnológica, foi utilizado para pagamento de pós-graduação a algum membro do Judiciário? Em caso afirmativo relacionar os beneficiados.

16. Juntar cópia dos comprovantes de repasses financeiros ao FUNPEN e ao Fundo de Pesquisa, onde

conste expressamente a data de realização da transferência e a forma pela qual ocorreu?

17. Anexar a composição do Conselho Gestor do Fundo desde a data de sua criação.

18. Anexar a programação financeira de 2007.

19. Cópia dos anexos de metas e demais demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

20. Quem é o ordenador de despesas do Fundo? Os cheques e transferências bancárias são autorizados por quem?

21. Informar quais os atuais valores cobrados a título do FUNREJUS informando ainda se houve majoração dos valores após a lei de criação do referido fundo.

22. Os aumentos das taxas devidas ao FUNREJUS são precedidos de autorização legislativa? Anexar todos os aumentos que foram concedidos após a criação do Fundo e os atos que os determinaram.

23. Qual o montante de recursos do FUNREJUS utilizados para a obra do Anexo do Tribunal de Justiça? Juntar comprovantes, empenhos e demonstrativos de pagamento.

24. Qual a função do Desembargador Antonio Lopes de Noronha na administração do FUNREJUS?

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3450

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador José Antonio Vidal Coelho, solicitando os seguintes documentos e informações:

1. Como foi realizada a escolha do banco para depósito dos valores relativos aos depósitos judiciais?

2. Houve licitação?

3. Por que motivo o Banco Itaú ainda possui contas relativas a depósitos judiciais, quando o estado do Paraná opera somente com bancos oficiais, na forma da lei?

4. Qual o montante de valores repassado pelo Itaú a TJ a título de vantagem pela permanência dos depósitos?

5. Como foi contabilizado tal valor?

6. Que obras ou bens foram adquiridos com tais valores?

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3451

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador José Antonio Vidal Coelho, solicitando os seguintes documentos e informações:

1. Qual o número de cartórios judiciais e extrajudiciais existentes no estado do Paraná? Juntar os atos de constituição e nomeação.

2. Juntar localização e titulares de cada um, bem como área de abrangência.

3. Como se dá a nomeação dos titulares? Juntar as nomeações e substituições definitivas e provisórias feitas nos últimos dez anos.

4. Em caso de vacância, como se dá o provimento da vaga? Quantas aconteceram no Paraná nos últimos dez anos? Juntar os atos.

5. Foram feitas nomeações provisórias? Quantas e por quanto tempo? Juntar cópias. Foram renovadas após seu vencimento? Com que justificativa e com fundamento em que ato normativo?

6. Há ex-desembargadores ou parentes de desembargadores ativos ou aposentados nomeados como titulares de cartório? E de juízes na ativa e aposentados? Em caso afirmativo relacionar, juntando a respectiva documentação, informar quem nomeou.

7. Quais os critérios para remoção em caso de vacância? Quantas ocorreram no Paraná nos últimos dez anos? Juntar cópias dos atos.

8. Quantos cartórios no estado do Paraná já se encontram estatizados?

9. Anexar as tabelas de custas de todos os atos notariais dos últimos cinco anos.

10. Que atos autorizaram o aumento das custas, a partir de 2004 (Lei nº 14596)? Juntar todos a partir desta data.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3503

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de pedido de informações para a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e Assuntos do Mercosul, para informar se foram realizados estudos referentes a matéria-prima para a fabricação de vidro e cerâmica na região centro-oeste, em especial no município de Pitanga?

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3505

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, os seguintes documentos e informações:

- Qual o número de pessoas que prestam exame para obtenção de CNH por mês, junto ao CIRETRAN de Ponta Grossa?

- Qual é média de pessoas aprovadas e de pessoas reprovadas?

- Quantas pessoas, reprovadas, retornam para um segundo exame?

- Quanto o DETRAN arrecada mensalmente com as taxas de exame na cidade de Ponta Grossa?

- Quanto o DETRAN arrecada mensalmente com as taxas de exame em todo o estado do Paraná?

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3468

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido do Sr. Ivair Wonsowicz, residente à R. Maria Joaquina Vaz, 460 - bairro Campo do Meio - município de Campo Largo, que pede, em nome dos moradores, a implantação de rede coletora de esgoto na rua em que reside. Atualmente alguns moradores utilizam o sistema de fossas domiciliares e outros jogam os detritos nas valetas ocasionando muitos transtornos, como mau odor insuportável e perigo de contaminação de doenças. A situação é crítica e necessita de providências urgentes, motivo de tal reivindicação. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente através dos telefones 3292-8616 e 9602-9481.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3469

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido da Sra. Elaine Cristina Lopes Neves, residente à R. Somália, 911 - bairro Alto da Cruz - município de Colombo, que pede, em nome dos pais dos alunos do Colégio Estadual Antonio Lacerda Braga, sito ao lado do Terminal Maracanã, a circulação da Patrulha Escolar nas proximidades desse colégio. Na saída das aulas, principalmente do período da manhã e às 17h20 do período da tarde ocorrem muitas brigas diariamente, deixando alunos e pais muito apreensivos. A situação é realmente muito crítica e a presença dos policiais se faz urgente e necessária, e certamente inibirá a ação dos alunos que promovem as brigas.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente através do telefone 3663-3353.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3476

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inserção nos Anais desta Casa, dos documentos referentes ao artigo publicado na Gazeta do Povo em 21 de novembro de 2007, de autoria do Juiz Federal Friedmann Wendpap.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) NEY LEPREVOST

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 830/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o programa habitacional em regime de mutirão, junto a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.

Art. 2º Considera-se regime de mutirão, o trabalho na construção civil de casas populares, em que todos são beneficiários e, concomitantemente, prestam auxílio, num sistema de rodízio.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) MAMEDE

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto se justifica em razão de que a construção de Casas Populares é uma iniciativa de grande interesse social, visto que as pessoas necessitam desse empreendimento.

As Prefeituras Municipais em parceria com a Companhia de Habitação do Estado do Paraná, facilita a construção dessas moradias, favorecendo pessoas tanto no meio urbano, como no rural.

O projeto se torna viável visto as oportunidades proporcionadas às famílias que não tem casa própria e que podem adquiri-la através de financiamento. São casas populares que serão construídas pelos próprios proprietários de suas casas, o qual irá baratear os custos de mão-de-obra, fazendo casas com aproximadamente 40m², pelo valor aproximado de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

Com materiais de construção e engenheiro fornecido pela Companhia da Habitação do Paraná, em parceria com os municípios, os quais entram com toda a infraestrutura, à começar pela doação do terreno, os municípios irão construir casas de alta qualidade, com um custo bem abaixo do que hoje é construído pela Companhia de Habitação do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 831/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Memorial Regional dos Campos Gerais o Hospital Regional de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva a denominar o Hospital Regional de Ponta Grossa de Hospital Memorial dos Campos Gerais de Ponta Grossa.

A denominação de memorial justifica-se, tendo em vista que é um termo usado em outros estados brasileiros e em vários países do mundo.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares à presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 832/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a entrada em prédios públicos e estabelecimentos privados do estado do Paraná, de pessoas usando capacete que dificulte a sua identificação imediata ou posterior reconhecimento.

Art. 2º Os prédios públicos e estabelecimentos privados a que se refere esta lei são os de acesso público, tais como as sedes dos poderes executivo, legislativo e judiciário, sedes de órgãos públicos, museus, lojas, agências bancárias, postos de gasolina, lojas de conveniência, estacionamentos, bares e similares, prédios e condomínios residenciais, entre outros.

Art. 3º Em postos de combustível e estacionamentos o usuário de capacete, condutor e passageiro, devem retirá-lo imediatamente, logo após descer da motocicleta.

Art. 4º Deverá ser afixado nos prédios públicos e nos estabelecimentos privados a que se refere esta lei aviso de que “não é permitido usar capacete”.

Parágrafo Único. A pessoa que se recusar a tirar o capacete não será atendida, e, em qualquer hipótese, a polícia militar poderá ser acionada.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente projeto de lei é coibir o número de assaltos e atos de vandalismo praticados com a utilização de capacetes que impeçam a identificação imediata ou posterior reconhecimento dos seus autores.

Muitos bandidos passaram a utilizar motos para cometer crimes, beneficiando-se da possibilidade de uma fuga rápida e do fato de não poderem ser identificados, principalmente quando o capacete tem viseira escura. O condutor da moto e o caroneiro agem em co-autoria, praticando delitos que vão desde o roubo até o homicídio doloso, aumentando a sensação de insegurança no estado do Paraná.

Se aprovada, a lei desestimulará este tipo de conduta, possui baixo impacto financeiro e é de fácil aplicabilidade, impedindo a utilização de capacetes ou outros disfarces como escudo para a prática de atos ilícitos.

PROJETO DE LEI Nº 833/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS, nas contas de serviços públicos estaduais próprios, terceirizados, delegados, privatizados ou concessionárias fornecedoras de energia elétrica, de todos os hospitais filantrópicos e Santas Casas, desde que o imóvel esteja comprovadamente na propriedade ou posse dos hospitais e sejam usados para as finalidades inerentes.

Parágrafo Único. Nos casos em que o imóvel não for próprio, a comprovação do funcionamento deverá se dar através de contrato de locação ou comodato devidamente registrado, ou ainda, da justificativa de posse judicial.

Art. 2º São definidas, para efeito do artigo 1º, as contas relativas a imóveis ocupados por hospitais filantrópicos e Santas Casas, devidamente registrados e reconhecidos pelas autoridades competentes através do alvará de funcionamento.

Art. 3º As Santas Casa e os hospitais filantrópicos deverão requerer, junto as empresas prestadoras de serviços, a isenção a que tem direito, a partir da vigência desta lei.

Art. 4º O Poder Executivo editará os atos necessários à regulamentação desta lei no que couber, no prazo de máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.11.07.
(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A imunidade das instituições de assistência social:

A Constituição Federal declarou imunes a impostos as entidades de assistência social porque estas auxiliam o estado na consecução do bem comum, executando atribuições típicas do estado, como é o caso dos Hospitais Filantrópicos e Santas Casas que prestam serviços médicos e hospitalares de forma gratuita à pessoas carentes.

Portanto, não tendo fins lucrativos não poderiam ser tituladas por meio de impostos, como dispõe o artigo 145, parágrafo 1º, da Constituição Federal, visto serem desprovidas de capacidade contributiva e por isso justo é que tais instituições gozem de imunidade relativa a IR, ISS, IPTU, II e ICMS.

Nos objetivos da assistência social elencados pelo artigo 203 da Constituição Federal estão: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habitação e a reabilitação das pessoas portadores de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Para asseverar-se da imunidade à baila a entidade de assistência tem que ser qualificadamente beneficente, não importando o seu tamanho ou a amplitude dos serviços prestados, pois qualquer que seja a parcela do atendimento aos carentes e desvalidos já está configurado o caráter filantrópico de auxílio ao estado.

Importante realçar as distinções, para efeito das imunidades, entre instituição ou entidade de assistência social e instituição ou entidade beneficente de assistência social. No primeiro grupo estão aquelas que se dedicam a um dos objetivos insertos no artigo 203, CF, e não tem finalidade de lucros. No segundo grupo sediam aquelas que não possuem finalidades de lucros e dedicam-se, mesmo que parcialmente, ao atendimento dos desvalidos, tendo como elemento caracterizador de beneficência a gratuidade dos serviços.

Pela relevância social da matéria aqui apresentada, solicito aos nobres Pares desta Casa de Leis o apoio incontestável à aprovação desta lei que resultará num avanço histórico e sem precedentes no campo da saúde a todos os cidadãos paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 834/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica assegurado aos ministros de todos os cultos o acesso a rede hospitalar pública estadual ou privada, estabelecimentos prisionais aqui definidos como penitenciárias e/ou delegacias de polícia, cárceres e afins, para prestar assistência religiosa a enfermos, internos e

presos de toda e qualquer natureza, respectivamente, observadas as normas de segurança e administrativa peculiar a cada um desses estabelecimentos.

§ 1º - As visitas aos hospitais, público ou privado, postos de saúde, enfermarias e similares, para efeito desta lei, poderá ser feita a qualquer hora do dia ou da noite, só devendo ser evitada por expresse desejo do paciente;

§ 2º - Para os fins previstos no *caput* deste artigo no tocante ao sistema prisional em geral, deverão ser respeitadas às normas, portarias e horários de cada órgãos, devendo os ministros religiosos preferencialmente, programar antecipadamente as atividades que pretendem desenvolver independentemente da religião, credo, fé e culto.

§ 3º - Cabe às entidade referidas no *caput* deste artigo a fiscalização da veracidade do credenciamento daqueles que se apresentarem como ministros.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Artigo 5º inciso VII da Constituição Federal dispõe que é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, assim compreendido o sistema prisional, hospitais públicos e privados, o aquartelamento e cárceres de todo gênero. Os hospitais e penitenciárias incluídos aí os postos de saúde, ambulatorios, centros de triagem e delegacias de polícia, carceragens em geral, etc., acolhem pessoas nos momentos mais difíceis das suas vidas. Situações de aguda dor física e/ou psíquica decorrentes de toda sorte de infortúnios e circunstâncias adversas da vida em sociedade.

Assim sendo cumpre ao estado na qualidade de guardião da integridade física, moral e intelectual de todo cidadão a assistência a saúde, educação e cultura, incluído aí a religião, não obstante a natureza laica do estado mãe.

Por este vértice é indispensável o franqueamento de acesso dos ministros, pastores, padres e bispos de todo culto nesses locais onde a carência afetiva e o apoio humano se tornam assunto de relevância sócio-política.

Os ministros de qualquer culto são preparados para conduzir a sociedade nos caminhos da bondade, fraternidade e libertação dos males que tanto afligem a sociedade hodierna, que nos momentos de grave doença quer física quer espiritual podem levar consolo, ombro amigo e orientação de natureza espiritual.

Há muita resistência por parte de certos estabelecimentos quanto a entrada franca desses missionários, criando em certas situações embaraços e desconforto desnecessários àqueles que de forma voluntária e fraterna prestam este serviço, em prejuízo é claro daqueles que necessitam da visitação e orientação espiritual.

Assim que apelo aos meus nobres Pares para que aprovelem o presente projeto de lei que muito contribuirá

para o arrefecimento das classes de pessoas que serão beneficiadas pela lei a ser editada após sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 835/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É obrigatória a inclusão de telefone e endereço do PROCON na nota fiscal de venda ao consumidor emitida pelos estabelecimentos comerciais do estado.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Este projeto tem como finalidade orientar e facilitar o acesso do consumidor aos órgãos de fiscalização do estado, na defesa de seus direitos fundamentais.

O consumidor, muitas vezes, não tem conhecimento e nem acesso a esses órgãos, simplesmente por falta de informação. Esse projeto de lei cria um importante mecanismo de informação por meio do qual o estado divulga ao consumidor este instrumento de cidadania.

Visa ainda o projeto garantir ao consumidor informações sobre o acesso do cidadão aos órgãos judiciários e administrativos, com vistas à prevenção ou à reparação de danos patrimoniais e morais - individuais, coletivos ou difusos - assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.

São esses os motivos que nos levam a apresentar este projeto de lei que ora submetemos à deliberação dos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 836/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam alterados dispositivos da Lei nº 13228, de 18 de julho de 2001, que criou o Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais - FUNARPEN.

Art. 2º Fica acrescido a expressão “e de Família” ao artigo 1º da Lei nº 13228, de 18 de julho de 2001, inserido, no FUNARPEN, os ofícios de família não remunerados pelos cofres públicos.

Art. 3º O artigo 2º da Lei nº 13228, de 18 de julho de 2001, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais e de Família tem por finalidade custear os atos praticados gratuitamente pelo Registrador Civil de Pessoas Naturais e pelos Escrivães de Família não remunerados pelos cofres públicos do estado.”

Art. 4º Os parágrafos 1º, 4º e 5º do artigo 3º da Lei nº 13228, de 18 de julho de 2001, passarão a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º A receita do FUNARPEN será destinada ao pagamento dos serviços prestados gratuitamente pelo Registro Civil, inclusive o registro de nascimento e óbito e de todos os processos gratuitos reativados e distribuídos, mensalmente, aos Ofícios de Família não remunerados pelos cofres públicos do estado.”

“§ 4º O valor da compensação financeira pelos atos gratuitos será equivalente ao valor estipulado no regimento de custas para os atos da mesma natureza, sendo que os valores repassados, aos atuais Escrivães de Família não remunerados pelos cofres públicos, nunca poderá ser inferior ao valor mínimo das custas prevista na tabela vigente, por motivo de ação.”

“§ 5º Se a receita do respectivo mês for insuficiente para a compensação integral, será feito rateio proporcional ao valor recebido dos atos praticados por cada ofício, caso as reservas do fundo não suportarem a complementação da diferença dos valores a serem repassados.”

Art. 5º Fica acrescido inciso V, no artigo 4º, da Lei nº 13228, de 18 de julho de 2001, com a seguinte redação:

“V - um representante dos atuais Escrivães de Família.”

Art. 6º Fica acrescido inciso VII ao artigo 6º, da Lei nº 13228, de 18 de julho de 2001, com a seguinte redação:

“VII - um representante dos atuais Escrivães de Família.”

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.11.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Quando da criação do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais - FUNARPEN, feita pela Lei nº 13228, de 18 de julho de 2001, destinou-se a minimizar os problemas enfrentados por seus Oficiais, tendo em vista a edição da lei federal que determinou que os mesmos efetuassem os registros de nascimento e óbito de forma totalmente gratuita, levando inúmeros cartórios a bancarota.

Tal situação foi alterada substancialmente, quando da aprovação em 2003 do novo código de Organização e Divisão Judiciária do Estado, que determinou a anexação de outras serventias junto as estes Ofícios, elevando assim a competência de serviços dos mesmos, como forma de compensação dos mais serviços gratuitos prestados. Passado este tempo, nos deparamos atualmente com um problema ainda maior, que mexe exatamente com a mais sagrada de nossas instituições, ou seja, famí-

lia. Curitiba, uma capital de mais de 2 milhões de habitantes, ainda conta com apenas quatro Ofícios, em que seus titulares são obrigados a arcar com as despesas de todas as ações gratuitas da capital, sempre sob suas próprias expensas, além disso, com a edição da Lei 1441/07, que propiciou que as ações de divórcio e separação consensual também pudessem ser feitas junto aos Tabelionatos de Notas, Registro Civil e Registros de Imóveis, diminuíram ainda mais a quantidade de atos pagos, que os mesmos praticavam em suas serventias de família.

Tais problemas já foram matérias de inúmeros debates e publicações na mídia local, deixando o meio jurídico preocupado com a diminuição da qualidade dos serviços a serem prestados pelos mesmos, prejudicando além dos advogados e partes, também o estado que preza pelo interesse das famílias paranaenses.

Sendo assim, a presente justificativa serve para demonstrar o porque do projeto de alteração da lei, com a inclusão dos Escrivães de Família não remunerados pelos cofres públicos, por não serem de caráter privado do estado e remunerados apenas pelo recebimento das parcas custas recebidas nos poucos processos pagos e com essas bancarem a enormidade de ações com o benefício da gratuidade processual.

Portanto, é apenas uma questão de defesa de nossas famílias e de justiça com tais serventuários, que poderão, assim, prestar um serviço de mais qualidade e sem ônus para os cofres públicos.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (Partido Democratas)

O SR. PLAUTO GUIMARÃES

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Nesse sábado tivemos em Santa Felicidade a Convenção Estadual dos Democratas.

Partido esse, que mudou há pouco tempo o seu nome e também alguns pontos em relação ao seu programa, modernizando as suas idéias com relação a esse mundo que nós vivemos e tão rápido se modifica.

Tivemos na Convenção Estadual uma chapa que foi montada, onde o Deputado Abelardo Lupion novamente Presidente, agora dos Democratas no estado do Paraná. Com a presença do Presidente Nacional Rodrigo Maia, todos os Deputados Federais dos Democratas lá estiveram, todos os seus Deputados Estaduais participaram desta Convenção. Tivemos a presença e a visita do Deputado Valdir Rossoni - Presidente do PSDB no estado do Paraná. Tivemos a presença do Presidente do PDT no estado do Paraná o Senador Osmar Dias. A presença de Prefeitos, ex-Prefeitos, militantes, Presidente de partidos,

um grande número de Vereadores e simpatizantes dessa linha de conduta dos Democratas no nosso Brasil. O Presidente da Assembléia esteve presente, prestigiando o seu Partido Democrata.

Dentre as discussões, as eleições do ano que vem. A posição do Presidente dos Democratas, a posição do Presidente do PDT e também do Presidente do PSDB, que deixaram claramente registrado que os partidos trabalhem em conjunto, buscando as eleições desse próximo ano para Prefeito. E naturalmente, tentando nos municípios paranaenses estabelecerem alianças para que possam caminhar juntos. Buscando maior número de eleições nos municípios do nosso estado do Paraná. Um maior número de vitórias. E onde não for possível esta aliança, o compromisso de que o vitorioso, passe e siga o caminho dessa corrente política que se consolidou nas eleições de 2006, com a candidatura do Senador Osmar Dias candidato a Governador do Estado do Paraná.

Vitorioso na grande maioria dos municípios do nosso estado, principalmente, os municípios maiores e nos pequenos municípios acabou fazendo a diferença para que um pouco mais de 10 mil votos, consagrasse a vitória do Governador Roberto Requião por mais 4 anos no estado do Paraná.

Aliança firmada, idéia ajustada, agora é seguir o caminho de 2010. Onde nessa Convenção, o Senador Osmar Dias deixou claro que pretende ele, por vontade própria desde já, ser candidato a Governador do Estado do Paraná em 2010. E vai buscar o apoio de todos aqueles que estiveram com ele, que simpatizam com sua conduta e com seu plano de Governo, que será discutido nas eleições do ano que vem. E ao mesmo tempo, a todos aqueles que possam vir a aderir a sua candidatura de Governador em 2010.

Mas, deixou claro, tudo isto vai acontecer em uma discussão em 2010, pois deixou claro no seu discurso que tem a vontade. Mas, os demais partidos têm seus nomes, também. São 4 vagas majoritárias que existem para a próxima de 2010, duas vagas para o Senado, uma vaga para vice e uma vaga para Governador. E estes partidos vão discutir, juntos, estas posições, para que possamos, mais forte do que nunca, participar das eleições para o ano que vem.

Outra questão que se discutiu e o vice-Líder da Oposição o Deputado Elio Rusch, deixou registrado naquela convenção a posição dele, e automaticamente avalizado por quase todos os Deputados dos Democratas, a posição contrária a aumento de impostos, que começa a ser discutida na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Passa a usar o horário da Liderança do Partido Democratas

Uso do Horário da Liderança dos Democratas, Sr. Presidente. Para registrarmos e todos saberem, o aumento da alíquota do IPVA será um aumento de 20%. Eu vou

repetir: 20%, é o que o proprietário de veículo no estado do Paraná vai pagar a mais, no momento de recolher o seu IPVA. Uma barbaridade!

A taxa do DETRAN, aquela taxa quando o cidadão vai tirar a carteira ou renová-la, e outras tantas taxas que o DETRAN presta, chegando algumas delas a mais de 200%, vou repetir, 200%. É um valor significativo e o paranaense não pode agüentar com mais isso.

Temos também a taxa de transmissão *causa mortis* de bens e direitos, que vai subir 50%. Tem ela um gráfico, onde os valores pequenos acabam tendo uma certa isenção. Mas, de um valor em diante, vai subir 50%. Vejam os percentuais, o quanto são significativos.

E quero deixar aqui minha posição, de Deputado Estadual, que tenho direito a voto nesta Casa, Líder dos Democratas, uma posição contrária ao aumento de impostos no estado do Paraná. Se conheço um pouco de administração, no curso que fiz, administrar é saber gerenciar os recursos arrecadados. E, naturalmente no estado do Paraná o que está acontecendo é o mau gerenciamento, porque tem que se economizar os gastos públicos, principalmente naquilo que diz respeito à folha de pagamento, para que possam sobrar recursos, para poder investir nas áreas prioritárias: segurança pública, a saúde, que vai mal no estado do Paraná, a educação e outras tantas áreas necessárias que a população do Paraná espera que os governantes façam.

Desta forma, só aqui na Assembléia, quantas vezes votou-se criação de novos cargos em comissão nesta Casa, ofertando ao Governador do Estado do Paraná o direito de colocar quem bem entender e quem bem quiser. Deixar claro: tudo isto sem concurso público.

É contra isso que eu combato. Agora, para poder suprir os gastos com cargos e outros gastos do Ministério da Agricultura, querem aumentar os impostos no estado do Paraná. Querem meter a mão no bolso do contribuinte, para poder custear esta folha da administração pública no estado do Paraná.

Deixo minha posição de protesto, voto contra, e vou defender, nesta Casa, o direito do paranaense ser, através da posição dos Deputados, representado, para que os Deputados não tenham o direito do Governo do Estado do Paraná, meter a mão no bolso daqueles que votaram em cada um de nós, que os representamos nesta Casa. E só para concluir, quero dizer a todos os Deputados que em uma pesquisa interna de oposição pública que fizemos nesses últimos dias, na cidade de Ponta Grossa, mais de 97% da população daquela cidade é contra o aumento de impostos no nosso estado.

Então, que fique registrada esta posição, a minha posição e a posição dos Deputados que compõem os Democratas, que estiveram presentes na Convenção do Partido, que fechou questão também contra o aumento de impostos lá em Brasília, no Governo Federal, e aqui no estado do Paraná. Também discutindo, apresentou-se lá essa posição e todos ficaram em uma linha contrária de

mais impostos para os paranaenses no nosso estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tivemos uma reunião na semana passada do bloco composto pelo PSB, PRB, PR e PV e decidimos que não se tratava de uma questão de ser Oposição ou ser Governo, mas se tratava de uma questão de ser Deputado e cumprir verdadeiramente o papel de Deputado nesta Casa. Fechamos questão contra o aumento de impostos e taxas no estado do Paraná por uma questão bem simples, e não precisamos fazer pesquisas como fez o Deputado Plauto Miró, que me antecedeu e percebeu que 97% da população é contra o aumento. Inclusive falo aqui também em nome da Deputada Rosane, que agora há pouco liguei e está em Brasília representando esta Assembléia na Conferência das Cidades, que me disse que ontem fez uma reunião com 60 pessoas e as 60 foram contra o aumento.

Não fizemos pesquisa, mas todos nós, Deputados, conversamos nesses últimos dias com a população e não foram 97%, mas todas as pessoas com quem conversamos não manifestaram somente a contrariedade, mas nos cobraram uma posição: vocês vão aumentar o imposto? Como se estivéssemos elaborando uma lei para aumentar o imposto. Na verdade, estamos votando, e como representantes da população, acredito que temos que justificar cada qual o mandato, independente da sigla partidária de apoio ou não ao Governo, em relação ao Paraná.

Agora há pouco dizia no Comitê de Imprensa que não se trata de ser a favor ou contra este Governo, mas se trata, sim, de ser a favor da população do Paraná, que representamos. E nestes últimos dias não escutei uma pessoa que fosse a favor do aumento, até porque temos dificuldades de justificar esses aumentos quando o Líder do Governo, sempre que pode, reitera que o Paraná tem dinheiro em caixa e que o DETRAN tem dinheiro em caixa. Então, não se justifica! Se pelo menos tivéssemos aqui a informação concreta que o Governo está precisando aumentar o fluxo de dinheiro em caixa, poderíamos comportar com esse ônus e dizer: olha, teremos que aumentar o IPVA, teremos que aumentar o ITCMD, teremos que aumentar as taxas.

Então, acho que todos os Deputados, não só os do bloco, mas dos diversos partidos que assinaram essa manifestação de votar - porque não é só ser contra, mas é estar aqui e votar contra essas mensagens do Governo - eles não estão se posicionando contra o Governador

Roberto Requião, mas estão se posicionando a favor do povo do Paraná, que não quer pagar mais imposto.

Nesse sentido, Sr. Presidente, quero dizer que também fiz o requerimento e foi acatado pelo Presidente da Comissão de Finanças, porque na mesma esteira desse pronunciamento o aumento de taxas do DETRAN, na mensagem, justificou-se dizendo, e aliás isso é público, e não é desse Governo, já vinha no Governo anterior, e acho que se a sociedade paranaense entender que isso continue ocorrendo, temos que, como representantes, apoiar, mas na mensagem o DETRAN deixa claro que quer aumentar as taxas no Paraná para continuar construindo rodovias, como tem construído com o dinheiro das taxas.

Pois bem, queremos saber do DETRAN quantos quilômetros de rodovias foram construídos com os recursos das taxas que são arrecadados, porque recentemente recebemos uma informação, quando fomos relatores da Comissão de Finanças, de uma transferência de recursos do DETRAN para o DER. Queríamos saber, como toda a Assembléia, como a população do Paraná quer saber, de onde ingressa tanto dinheiro no DETRAN e de onde sobra tanto dinheiro no DETRAN. E a informação veio: 90% da receita do DETRAN é oriunda, de Deputado Rossoni, de arrecadação de taxas. Fora o conceito do que pode ser feito com arrecadação de taxas, se é possível ou não, que isso quem tem que se pronunciar é o Tribunal de Contas, se o preço está justo ou não das taxas, queremos saber, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, artigo 22: *Toda arrecadação do DETRAN tem que ser voltada para a administração de acidente para a educação e conscientização no trânsito.*

Então, queremos saber dessas rodovias que já foram construídas com recursos do DETRAN quanto que diminuiu o índice de acidente de trânsito, quanto que minimizou as mortes e assim por diante. E também, na mesma esteira, com base na mensagem, pedimos, porque a mensagem diz que quer adequar o preço das taxas do DETRAN ao preço justo, que o objetivo não é lucrar com as taxas, queremos saber quanto custa das dezenas de serviços elencados como aumentos, na mensagem que veio do DETRAN. Então, nesse sentido, Sr. Presidente, justifico a posição do bloco, dos partidos que fazem parte do bloco, que não se trata de votar contra o Requião, se trata de votar a favor da população do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente um comunicado do PTB. O partido se reuniu agora pela manhã, a sua Executiva Estadual, e decidiu fechar questão contra o aumento das tarifas aqui no

estado do Paraná. A Executiva Estadual fechou questão e os dois Deputados do PTB estarão votando contrários a qualquer tipo de aumento chamado “tarifaço do Governo”. Inclusive já colocamos a nossa assinatura naquele importante documento, bem visível à população. O PTB vota contra, é uma fórmula de beneficiar a população.

Por outro lado também, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no meio de tantos tiros para todo lado, no meio de tanta bala perdida que vem, no meio de tanta confusão, de tanta injustiça praticada às vezes pelo Poder Judiciário, a qual nos requerimentos hoje eu estarei apresentando alguns requerimentos nesta Casa, comemoramos que nas urnas, se as eleições fossem hoje em Ponta Grossa, teríamos uma grande porcentagem nas eleições, segundo o IBOPE que é o instituto de maior credibilidade neste país. E o IBOPE realizou uma pesquisa agora nos dias 16 e 18 desse mês, em Ponta Grossa, a pedido do PTN, partido que realizou essa pesquisa por iniciativa própria e com a intenção de programar se lança candidato a Prefeito ou se apóia algum candidato, e o PTN realizou essa pesquisa, por iniciativa própria e com a intenção de programar se lança candidato a Prefeito ou se apóia algum candidato.

O resultado não foi diferente do que já sabíamos. O meu nome aparece em primeiro lugar, com 40 pontos; o segundo lugar, que é o Prefeito atual, tem 18% e os demais na faixa de 13,14%, quase que empatados tecnicamente. É importante dizer que, para mim é a resposta do trabalho, da nossa luta diária e a saudade do povo de um Prefeito que está nas ruas, um Prefeito ligado ao povo. É um recado que o povo manda àqueles que estão de sacanagem conosco em qualquer dos Poderes.

Por isso, comemoramos e queremos colocar aqui nos Anais desta Casa. A pesquisa é o primeiro indicativo, e esse indicativo nos faz ir às eleições no ano que vem. E, se por ventura, um daqueles Poderes que são, às vezes, manipulados, venham cassar o meu mandato, quero dizer que a minha filha está preparadíssima para ser candidata em Ponta Grossa e para enfrentar os tubarões, os magnatas e aqueles que eleição se ganha no grito.

Eleição se ganha com trabalho, respeito, principalmente, com a população que quer um Governo popular. Comemorar no meio de tanta bala perdida. Sem dúvida nenhuma, é o grande momento que estamos vivendo. O momento que a pesquisa aponta, se a pesquisa fosse hoje, ganharíamos a eleição bem folgada. É a vontade do povo, é a saudade. E o recado do povo: “Não mexam com o Jocelito”.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Geraldo Cartário.

Deputado Geraldo Cartário (PDT)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Jocelito, o Deputado Anibal Khury falava: “Quanto mais bate, mais a massa cresce.” Parabéns!

Apresentei diversos projetos na Comissão de Justiça. Essa comissão, há 15 anos atrás, eu pertencia a ela. Eu me surpreendi que projetos meus sequer fui comunicado que a Comissão de Justiça havia dado parecer favorável. Sei que a Casa tem gente capaz. E o Parlamentar merece, antes de ser condenado, de direito à ampla defesa.

Todos aqui somos de origem do povo. Não foi solicitado ao Deputado, quando se inscreve para ser candidato a Deputado, que tem que ser Eli Lopes Meireles, Geraldo Ataliba, Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, que eram realmente grandes juristas do Direito Administrativo.

Nesta Casa, todos chegamos e somos representados na Comissão de Justiça por apenas 13 deputados. O Plenário tem 54 Deputados. Somos soberanos. Tanto é que V. Exa., muitas vezes, autorizou que o Plenário seja transformado em Comissão Geral, demonstrando que acima da Comissão de Justiça, de 13 Deputados, prevalece o direito das urnas que elegeu 54 Deputados.

Eu fiquei surpreso. Acho uma falta de respeito com, qualquer Parlamentar quando seu projeto é jogado no lixo, Sr. Presidente, sem o mínimo de informação a esta Casa. Com a permissão de V. Exa., vou citar os projetos que apresentei. Antecipadamente, queria dizer que nenhum desses projetos, Sr. Presidente, fala a respeito de interesse pessoal deste Deputado, nem da minha família, nem dos meus amigos. Com 35 anos de mandato, sempre o mais votado na cidade que iniciei, até a data de hoje, mereço pelo menos a compreensão dos Srs. Deputados da Comissão de Justiça para que ali me chamassem ou mandassem, um bilhete: “Cartário, o seu projeto é inconstitucional e está sendo jogado no lixo.”

Sr. Presidente, sei que houve alteração no Regimento Interno. No tempo que eu era da Comissão de Justiça não havia esse dispositivo regimental que tem hoje. Parece que o entendimento, hoje, é esse. Creio que o Regimento Interno fala: projeto rejeitado na Comissão de Justiça, adeus! Pelo menos se comenta isso. Sei que não é do seu tempo quando foi alterado o Regimento Interno. Foi do tempo, certamente, que eu integrava a Comissão Executiva junto com o Deputado Hermas Brandão e o Deputado Nereu Moura. Então, não é ofensa nenhuma à Mesa atual. Só gostaria que fosse reparado, Sr. Presidente, e que na reformulação do Regimento, que eu sei que vai ocorrer alterações, fosse submetido ao Plenário, não à Comissão de Justiça, pois esta parece que é antedemocrática.

Que fosse o Plenário que decidisse se o parecer contrário da Comissão de Justiça merece ou não ser discutido, nesta Casa, pelos senhores 54 Deputados.

Sr. Presidente, com a autorização do Líder do PDT, vamos entrar no horário do partido.

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

Vou ler um dos projetos com parecer contrário: “Fica instituído o programa do menor aprendiz.” Sr. Presidente, que inconstitucionalidade é essa? Se o Senador Osmar Dias apresentou no Senado e foi transformado em lei nacional, por que a Assembléia não pode?

Talvez um dos motivos de eu ter o sucesso que tenho na minha cidade, onde fui Prefeito, é que todos os menores que existiam na Fazenda Rio Grande e Mandirituba foram contratados pela Prefeitura - a Globo e outros canais de imprensa mostraram isso ao Brasil inteiro. Foram mais de 400 menores numa pancada só. Eu dei uma carteira de trabalho assinada pela Prefeitura e os coloquei aprendendo a profissão em diversas empresas de Araucária e Curitiba.

Sr. Presidente, não fui cassado por isso. As minhas contas foram votadas favoravelmente pelo Tribunal de Contas e o povo me referendou como Prefeito merecedor do voto. Então, eu pergunto: Qual é a inconstitucionalidade de tirarmos os menores da rua e colocá-los trabalhando nas empresas?

Essas empresas pagariam o salário do menor, de 14 a 18 anos e o estado ressarciria no pagamento do ICMS. Não vejo qual a inconstitucionalidade, Sr. Presidente.

Uma outra: Autoriza o Poder Executivo a implantar no município de Fazenda Rio Grande a Delegacia da Mulher. Se olharmos aqui os Anais desta Casa, diversos Srs. Deputados apresentaram um projeto idêntico e nenhum deles foi inconstitucional. Não houve inconstitucionalidade nenhuma. Foram votados diversos projetos aqui criando a Delegacia da Mulher. Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Fazenda Rio Grande tem 80 mil habitantes, Mandirituba tem 30, são 110, Agudos do Sul tem 10, são 120 mil. Estamos sem Delegado de Polícia. Não existe Delegado de Polícia para 120 mil habitantes. Agora, a Comissão de Justiça diz que é inconstitucional criar uma Delegacia da Mulher.

Estou apenas dando um lembrete ao Governador, porque esse projeto é autorizatório. Qual é o crime? Não temos atribuição para isso? O que estamos fazendo nesta Casa? Porque projetos de utilidade pública, sei que estão passando por aí. São diversos - fizeram o capricho de dizer que é tudo inconstitucional.

Outro: Autoriza o Governo do Estado a construir o hospital regional estadual no município Fazenda Rio Grande. Qual é o crime? Qual é a inconstitucionalidade, se existe por parte do Governo do Estado diversos hospitais regionais?

Outro: Isenta o proprietário de veículo automotor no pagamento de multa. Não estamos mudando o Código Nacional de Trânsito. Estamos apenas dando guarida àquelas pessoas que são assaltadas, mortas e roubadas. As multas são procedidas quando o motorista, em Curitiba, à meia-noite, uma hora, duas da manhã, ao passar no semáforo percebe que não há problema e que pode pas-

sar. Esse projeto evita isso, que haja por parte das autoridades a isenção da multa nesses casos - apenas aí.

Outra: Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Batalhão da Polícia Militar no município de Fazenda Rio Grande. Esse mesmo projeto apresentado pelo Deputado Strapasson foi votado nesta Casa e aprovado. Por que o meu é rejeitado com parecer contrário, Sr. Presidente, Srs. Deputados? O que existe de diferença entre Colombo e a região metropolitana onde é incluída a Fazenda Rio Grande?

Acredito que a Comissão de Justiça não aprovou o projeto do Strapasson porque ele é do PMDB. Se assim for, quem não é do partido majoritário está impedido de apresentar projetos nesta Casa, porque vamos passar a fiscalizar. Por que um projeto igualzinho ao meu, apresentado pelo Strapasson, teve parecer favorável, pelo menos foi votado aqui no plenário e o meu rejeitado?

Outro projeto: Diz que fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Subdivisão Policial. Cornélio Procópio que hoje tem como seu representante maior o Deputado Romanelli, tem 50 mil habitantes, tem, no mínimo, 3 Delegados - tem a Delegacia da Mulher e tem mais duas delegacias. Atende uma população inferior a 120 mil habitantes, que é a comarca da Fazenda Rio Grande, e no entanto lá tem 3 Delegados. A nossa comarca de Fazenda Rio Grande, com 120 mil habitantes, não tem Delegado nenhum.

E esta Casa, Sr. Presidente, a Comissão de Justiça, certamente, depois de uma discussão muito grande, chega à conclusão de que o projeto é inconstitucional, de criar a subdivisão na Fazenda Rio Grande e na região. Este projeto, sinceramente, nos preocupa a forma como está sendo julgado, não podia receber parecer contrário.

Temos ainda um projeto que institui a Universidade Estadual da Comunidade, autoriza. Olha, temos hoje universidades em diversos municípios do interior do estado. Curitiba, Deputado Luiz Carlos Martins, não tem universidade nenhuma. Melhor dizendo, 2 milhões de habitantes aqui do sul não têm universidades nenhuma, ou melhor, sequer tem uma faculdade. A discriminação é muito grande. Quarenta Deputados nesta Casa dizem, e é verdade, que são Deputados de Curitiba, mas não eleição, aonde o Deputado se encontrar, se lhe fizerem a pergunta: “Deputado, qual a universidade de Curitiba, da região metropolitana? Qual a faculdade que o Governo paga, o terceiro grau?” O que o Deputado vai falar? Nada. Não existe.

Concluindo, Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. pelo menos pedisse à assessoria da Comissão de Justiça, a CCJ, um respeito maior com os Deputados e que o parecer contrário seja imediatamente comunicado ao Deputado, se é que temos realmente que respeitar o Regimento e o parecer contrário não possa trazer o projeto para cá, que é um absurdo.

Espero que V. Exa. com seu espírito democrático, possa mudar, na próxima mudança do Regimento Interno, para que discutamos aqui, pelo menos para saber

o que vão fazer com o menor: se vamos ajudar o menor a ter emprego, a estudar ou não, porque falar só em política partidária, acho que o povo não agüenta mais, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Geraldo Cartário, apenas para esclarecer a V. Exa. que cabe o recurso imediato. De acordo com o atual Regimento Interno, V. Exa. pode recorrer à própria CCJ imediatamente. É muito claro.

Terá caráter exclusivo a votação do projeto rejeitado por maioria absoluta de votos na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Sr. Presidente, se for comunicado. Agora, não escuro, não.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Claro, pode recorrer a qualquer momento.

Deputado Pastor Edson Praczyk, no Pequeno Expediente.

(Declina)

Grande Expediente:

Com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi, no Grande Expediente.

Deputado Augustinho Zucchi (PDT)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

O Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a revista Veja deste final de semana, na página 38, numa matéria aqui colocada na coluna Holofote e aqui tem Felipe Paturi, jornalista que assina a página, tem um título que diz o seguinte: “O Senador que dá trabalho.” E escreve ali: “O Senador paranaense, Osmar Dias, do PDT, era contado como voto garantido contra a prorrogação da CPMF. Há 10 dias a Oposição passou a incluí-lo na banda do Governo. O que mudou? Dias emplacou o advogado da sua campanha, João da Graça, na Delegacia do Ministério do Trabalho do Paraná. Como o Senador pode ser o fiel da balança na votação do imposto, a Oposição tenta convencê-lo que apoio à CPMF pode atrapalhar sua candidatura ao Governo do Paraná, em 2010.”

Não fosse aquilo que falou o Senador Osmar Dias durante todo o tempo com relação à questão da CPMF, poderíamos até dizer que o jornalista está desinformado, mas como ele está informado e eu vou dizer aqui porquê ele está informado, há de se supor que haja má intenção do jornalista ou, na pior das hipóteses, seja alguma coisa que não tem explicação, de repente que alguém tenha encomendado tal assertiva numa revista de circulação nacional.

Por ser absolutamente mentirosa a afirmação aqui colocada é que ocupo a tribuna, para falar que na eleição que tivemos aqui para o Governo do Estado, o Presidente Lula apoiou o Governador Roberto Requião e teve, sim, um papel importante na eleição! O PDT, no 2º turno assumiu independência, não apoiou nem Geraldo Alkmin e nem o Presidente Lula. Após a eleição do Presidente Lula, na discussão do partido, se o partido iria compor a base do Governo ou não, o Senador Osmar Dias foi contra o PDT participar da base do Governo porque, entendia ele, que nós tínhamos que ser coerentes com a posição que o partido assumiu no 2º turno. Pois bem voto vencido, o PDT tem o competentíssimo Ministro Carlos Lupi na pasta do Trabalho que aliás, vem fazendo na minha opinião, uma bela gestão frente ao Ministério do Trabalho. Naquele momento começou-se a discutir qual seria a participação nas delegacias regionais deste Ministério. Procuramos o Senador Osmar Dias, ele disse: “Eu não indico ninguém. Se o partido achar que deve indicar, você é o Presidente em exercício atualmente, reúna o partido, faça a indicação, veja quem são as pessoas que gostariam de ser indicadas, mas eu, pessoalmente, não vou fazer a indicação porque quero manter a independência da minha atuação no Senado da República.”

Pois bem, assim procedemos, Deputado Luiz Carlos Martins, atual Presidente do nosso partido, fizemos a reunião, indicamos o Dr. João Graça que veio, no dia 30 de outubro a ser nomeado. No dia 12 de novembro de 2007 disse o que aconteceu, que o Senador Osmar Dias não quis fazer a indicação, se recusou a fazer a indicação e disse também que não ia tirar o direito do partido de fazê-lo, aqui no estado, se assim entendesse. Aliás o Dr. João Graça extraordinário no nosso partido e que a honra, na Delegacia Regional do Trabalho.

Mas, no dia 12 de novembro, quando aqui no Paraná se fazia uma homenagem ao Dr. Francisco Cunha Pereira, através do Movimento Pró-Paraná, o Senador Osmar Dias fez um pronunciamento no Senado, aonde inicialmente ressaltou a importância do Dr. Francisco Cunha Pereira para o nosso estado, as empresas que ele dirige, o que significa aquela homenagem, justa, prestada a este ilustre paranaense. E, posteriormente ao elogio que fez, e ao registro que fez deste evento que acontecia no Paraná, o Senador Osmar Dias disse o seguinte: “Registrei desta tribuna o meu descontentamento com a forma como foi negociado pelo Governo e com os partidos de Oposição o prosseguimento ou não da CPMF.”

O Governo começou a não abrir a mão de nada, esta era a regra. E a oposição pensava em fazer uma negociação, para que pudesse diminuir a alíquota, ou seja, estabelecer o fim do prazo para o término da CPMF.

Colocou ele: Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi pensando no país que subi à tribuna para afirmar, várias vezes, aqueles que são radicalmente contra a CPMF deveriam, apontar a origem do dinheiro que vai substituir o dinheiro, do que é arrecadado com o CPMF. Sempre defendi as mudanças. Quero usar deste momento para

continuar a defender as mudanças e para dizer que o Governo, se não quiser conversar com o PDT, que não converse, embora o partido tenha fechado questão, mas nós Senadores, não fechamos questão sobre a votação da CPMF”.

“Embora se eu votar como membro do PDT, que fechou a questão contra o CPMF, o partido pode me expulsar, se considerar isto um ato de infidelidade. Ou posso considerar, que o partido está fugindo do seu programa, porque no programa do PDT não está escrito que o seu membro, o seu filiado, tenha que defender o aumento da carga tributária”.

Neste discurso do dia 12 de novembro, ele coloca: “Continuo dizendo que a forma de conversarmos sobre a CPMF, deve levar em conta principalmente a questão com muita seriedade com relação a este assunto. É muito grave para a população brasileira a situação dos hospitais públicos, por exemplo, mas porque a CPMF está sendo usada para pagar a dívida? Porque a CPMF está sendo usada para outras finalidades, que não seja a área de saúde, conforme ela foi criada?”

Ele coloca: “O caminho não pode ser este, de ser aqueles que são contra, são contra; e aqueles que são a favor, são a favor. Até porque nós estamos numa situação seguinte: quando foi proposta a CPMF no Brasil, pelo PSDB, o PT votou integralmente contra. Agora, o PSDB acha que deve terminar a CPMF e o PT, que votou contra lá atrás, quer prorrogar a CPMF.”

Então, o PDT fez algumas exigências, que tinha que até dia 30, o Presidente mandar o projeto de reforma tributária para o Congresso Nacional. O Senador Cristóvão Buarque colocou que deveria ser desvinculada a DRU, com relação à área da saúde, da educação, enfim, foram feitas considerações por parte do partido com relação a esta questão da CPMF.

Pois bem, a partir daquele momento começou então a ter uma discussão de que muitos senadores poderiam votar a favor, por terem compromissos com o Governo, a exemplo do que publicou a Veja, com relação ao Senador Osmar Dias.

O Senador Osmar Dias subiu à tribuna no Senado, no dia 21, portanto na semana passada, para dizer o seguinte: “Eu gostaria que o pronunciamento que fiz ontem, um dia antes, da tribuna desta Casa protestando contra o conluio ou acordo, ou como queiram chamar, para votar a CPMF vinculado à absolvição ou não do Senador Renan Calheiros. Também fosse esclarecido, porque não fica bem a imprensa brasileira noticiar que no Senado corre solto um acordo para absolver o Senador Renan Calheiros em troca da aprovação da CPMF.

Dessa forma, não vou dar o meu voto para avaliar qualquer acordo que seja espúrio, escuso, absurdo e escondido. Isso também tem que ser esclarecido. Acho que V. Exa. tem conduzido a Casa com toda a clareza e poderíamos ter, também, os esclarecimentos em relação a esse assunto que está incomodando, porque não gostaria

de votar nem uma nem outra matéria se continuar essa história da vinculação dos dois fatos.

Aí, ele diz que está usando aquele tempo para discutir a medida provisória, mas que pede a atenção do Senado para uma nota que está colocada ali do lado e que ele passa a relatar:

“Sr. Presidente, eu havia pedido para fazer uma comunicação inadiável e não consegui, pedi para falar pela Liderança e não consegui. Então, usando este tempo da discussão da matéria, quero dizer o seguinte: está para ser votada a CPMF no Senado. O meu partido fechou questão por meio da sua Executiva, mas os senadores não fecharam questão. Tenho falado desta tribuna que se as condições que o PDT impôs ao Governo não forem cumpridas, voto contra.

Para ir além, Sr. Presidente, para deixar clara a minha posição, a minha independência quanto ao voto - e falo inclusive para que a imprensa tome nota disto - o meu partido indicou no Paraná o Delegado Regional do Trabalho. Eu não indiquei, porque não indico ninguém; neguei-me a fazer a indicação. Cumpri o meu papel encaminhando apenas ao Ministério a ata da indicação feita em abril deste ano pelo Diretório Regional do Estado. Antes que surja qualquer dúvida a respeito da minha independência, quero dizer que o Delegado foi nomeado no dia 30 de outubro. João Graça é integrante do PDT, um homem que honra o partido no nosso estado e é o Delegado nomeado no Ministério do Trabalho, na Delegacia de Trabalho do Paraná.

Mas, neste momento, estou tomando uma decisão como Presidente do PDT do Paraná e vou fazê-la por escrita ao Ministério do Trabalho, mesmo contrariando a Executiva do meu partido - depois me entendo com a Executiva do nosso partido no Paraná - para colocar o cargo do Delegado do Trabalho, João Graça, do Paraná, à disposição do Ministro Lupi, para que S. Exa. dele disponha como quiser. Se quiser manter o Delegado, mantenha-o; se quiser exonerá-lo, exonere-o, coloque outro em seu lugar, sem nenhuma interferência deste Senador, como não houve nenhuma interferência na indicação daquele Delegado, que como eu disse é uma pessoa digna, que honra o PDT, mas que não teve a minha indicação.

Faço isso, Sr. Presidente, para evitar qualquer especulação. Repito: Se o Ministro Lupi quiser dispor do cargo de Delegado Regional do Trabalho, pode fazê-lo. Exonere o que está, indique alguém de sua confiança, faça o que pretender fazer. De minha parte, não haverá óbice nenhum, porque não indico e também não peço para ficar.

Sr. Presidente, estou fazendo isso para firmar aqui uma convicção: No dia em que for votado o primeiro turno da CPMF neste Senado, darei meu voto de acordo com a minha consciência, sem nenhum vínculo com o processo do Presidente Renan Calheiros, que está em andamento, sem nenhum vínculo com qualquer participação do PDT em indicações, seja para Ministério, seja

para o Delegado Regional, seja qualquer cargo, já que nunca indiquei. Não tenho um office-boy indicado pessoalmente por mim no Governo.

Também não quero, Sr. Presidente, que o Governo se sinta obrigado a liberar nenhuma emenda individual de minha autoria. Aliás, sou a favor de se acabar com as emendas dos senadores, porque isso só traz problemas. Então, antes que surja qualquer especulação, meu voto será de acordo com a minha consciência. Vou escrever um ofício para o Presidente do PDT para que o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, comunicando que embora o meu partido no meu estado tenha indicado, eu não indiquei, e se S. Exa quiser pode exonerar já, porque meu voto aqui será livre como sempre foi, não me submeto a cabresto de nenhum partido, nem do Governo, meu voto será de acordo com a minha convicção.

Quando me elegi Senador não foi com o apoio do Governo, quando me elegi Senador não contei com o apoio de Ministério nenhum, nem de Delegado do Trabalho, nem de nada; elegi-me Senador debatendo com a população do Paraná, e eu não disse à população do Paraná que viria aqui para ser cabrestado, ou que aceitaria a imposição de ninguém.

Por isso, Sr. Presidente, comunicando oficialmente para que toda a imprensa ouça que o cargo que o PDT do Paraná indicou está à disposição do Ministro, meu voto vale mais do que qualquer nomeação, ou do que qualquer vínculo com o Governo, meu voto é livre e será dado livremente aqui, Sr. Presidente, de acordo com as minhas convicções e não de acordo com a pressão de ninguém, porque não aceito pressão e não voto sobre pressão de nada.

Foi este o pronunciamento do Deputado Osmar Dias no dia 21 de novembro, portanto, na semana passada. E surpreendentemente há uma matéria colocando na Veja como se por razão da indicação do Delegado Regional do Trabalho tivesse o comprometimento automático do voto do Senador Osmar Dias.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Augustinho Zucchi, ouvi o seu pronunciamento e não vejo o porquê e a necessidade dessa preocupação. Mas é importante, acredito, como Presidente do PSDB, dar aqui o meu depoimento. Tivemos uma eleição de Prefeito de Curitiba, o Senador Osmar Dias foi fundamental para a vitória do Prefeito Beto Richa, e eu estava na mesma mesa, no mesmo local, tratando de assuntos da Prefeitura de Curitiba. O Prefeito Beto Richa pediu ao Senador Osmar Dias se ele tinha alguma indicação do seu partido. Eu lembro como se fosse hoje a postura do Senador Osmar Dias, ele disse ao Prefeito Beto Richa: “Se você encontrar alguém com competência o aval é seu, quem vai governar Curitiba, quem vai cuidar do dia-a-dia é Curitiba, eu estarei à disposição de Curitiba e não dos interesses políticos-partidários”.

Então, é importante esse depoimento, porque sei que o Senador Osmar Dias não fez uma indicação na Prefeitura de Curitiba, e acho isso de uma atitude elogiável no momento em que nós vivemos. Vemos Governo, hoje, tendo que engolir Ministros que eles nunca, jamais seriam convocados por livre e espontânea vontade. Eu também tenho esse costume, sou Presidente do Partido, não tenho uma indicação na Prefeitura de Curitiba, porque acho que não é, esse posicionamento do Senador Osmar Dias, não é nenhuma virtude, é uma obrigação dos políticos brasileiros. Pena que isso não tenha tomado conta da grande maioria.

Quero deixar aqui o meu depoimento, porque isto é a verdade e o Senador Osmar Dias não deve se preocupar com esta questão do Delegado do Trabalho, porque ele está acima de tudo, tem o aval da população paranaense e tem também a simpatia e a admiração pelas suas atitudes e pela sua postura. Faço esse depoimento porque acredito que vem de encontro com seu pronunciamento.

Obrigado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Agradeço o aparte de V. Exa. incorporo no nosso pronunciamento, Deputado Rossoni, porque afirmação como esta que foi feita nessa nota da Veja certamente não tem o mínimo conhecimento da conduta política do Senador Osmar Dias.

Quando se comentava a possibilidade da indicação aqui do Delegado Regional do Trabalho, conversei com o Senador Osmar Dias e ele foi categórico: “Reúna o partido e façam o que acharem que deve ser feito. Deixo a cargo do partido, mas eu, pessoalmente, não faço indicação, mantenho a postura que sempre tive.” Foi a orientação que tive naquele momento.

Não falei com o Senador Osmar Dias para fazer esse pronunciamento aqui. Faço, porque conheço o Senador Osmar Dias.

Não há nenhuma condição que pudesse qualquer Governo impor ao Senador negociar o seu voto. O voto dele, com relação à CPMF, embora o partido tenha fechado a questão, tenho certeza que será discutido.

Não cabe essa nota, embora reconheça que ela não seja de boa fé. Mesmo sendo de má fé, não cabe ser colocada numa revista de circulação nacional que é a revista Veja.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Gostaria de cumprimentá-lo em trazer aqui a repercussão desse importante pronunciamento do Senador Osmar Dias.

Quem conhece o Osmar Dias sabe que ele jamais faria isso.

V. Exa. está de parabéns em trazer aqui aquilo que conhecemos que é a dignidade do Senador Osmar Dias.

Muito obrigado!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Estamos relatando isso, porque há uma discussão muito grande com relação à CPMF.

Não estou dizendo aqui qual será o voto do Senador.

Apenas estamos afirmando, reiterando que é falsa, é mentirosa essa afirmação que está na Veja. Não seria este argumento que faria a definição do voto do Senador Osmar Dias, como ele falou durante todo esse tempo de discussão no Congresso Nacional.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Cumprimento V. Exa. por esse pronunciamento oportuno. Até porque, concordo com que V. Exa. coloca nesta tribuna.

Conhecemos o Senador Osmar Dias. Ele é um homem de grandes atitudes. Não seria por uma Delegacia Regional de Trabalho, principalmente pelo indicado João Graça, que é um grande companheiro, tem uma história exemplar dentro do partido.

o que podemos dizer é que o Senador Osmar Dias está ouvindo as entidades com muita atenção. E até agora ele não se furtou de participar de nenhuma reunião para discutir a CPMF.

Com certeza ele tomará a decisão mais tranqüila para sua consciência, para os seus compromissos. O Governo Federal sabe que ele é uma liderança importante.

Agora, não sei o que tem atrás disso. Sei que já estão querendo antecipar 2010 para 2007? É muito cedo! É muito cedo!

Muito obrigado!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Agradeço seu aparte Deputado Luiz Carlos Martins.

Reitero e registro, a revista mentiu. O jornalista que fez esta nota mentiu. Porque está aqui o ofício assinado pelo Senador Osmar Dias. Não agora, na semana passada.

Repito o Ministro Carlos Lupi, presta um grande trabalho a nação brasileira. Honra o nosso partido no Ministério do Trabalho.

Mas a questão aqui é de uma informação errada, maldosa que foi colocada.

Diz o Senador Osmar Dias em ofício encaminhado e já recebido pelo Ministro: "Sr. Ministro, neste momento em que as atenções do Senado Federal estão voltados para discussão da PEC nº 089, que trata da prorrogação da CPMF e processos relacionados ao Senador Renan Calheiros, dirijo-me a V. Exa., na condição de Presidente estadual do PDT do Paraná, para colocar à disposição de V. Exa. o cargo de Delegado Regional do Trabalho, ocupado pelo Dr. João Graça, cuja indicação foi efetuada pela Executiva Estadual do meu partido. Declaro, outros-

sim, que votarei nos referidos processos legislativos de acordo com as minhas convicções. Atenciosamente, Osmar Dias, Senador."

Está aqui. O jornalista que tem que prezar pela boa informação, e a boa informação é aquela que tem nexos com a verdade, não deveria ter colocado esta nota e, também, não deveríamos estar dando tanta importância para esta nota, mas veja bem, Deputado Luiz Carlos Martins, quero falar disso porque senão as coisas acontecem e quem cala, muitas vezes, consente. Não é sempre, mas se ninguém falar nada, daqui a pouco, vem outra que nota não seja verdadeira.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Exatamente, porque as grandes notas, V. Exa. sabe, começam sempre com uma pequena notinha assim.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Perfeitamente. Então, para que não haja entendimento errôneo a respeito deste assunto, eu fiz questão de fazer este pronunciamento repetindo o pronunciamento que fez o Senador Osmar Dias, aliás, vários pronunciamentos que fez o Senador Osmar Dias com relação a CPMF. Li, aqui, o ofício que ele encaminhou que deixava o ministro muito à vontade que pudesse, obviamente, dispor do cargo ocupado pelo nobre companheiro João Graça, que é uma pessoa competente e tem o nosso aval, obviamente, mas é claro, esta questão está acima de qualquer dúvida que possa ser colocada com relação ao procedimento do Senador Osmar Dias, porque a história dele é limpa, com procedimentos sempre claros, muito transparentes, com posições sempre muito lúcidas e determinadas.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Permite- um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Augustinho Zucchi, V. Exa. faz um brilhante pronunciamento em defesa de um dos homens mais honrados deste estado. Nós conhecemos o Senador Osmar Dias e temos a convicção de que é um homem totalmente independente com relação a sua postura política no Senado Federal. Acompanhamos o seu trabalho e temos a convicção de que não será, como muito bem afirmou V. Exa., um cargo pequeno como esse - que pode ter uma importância muito grande no estado, mas para o contexto político do Senador Osmar Dias, pequeno sim - que fará mudar a sua posição com relação a temas tão importantes no contexto nacional.

Quero me somar ao seu pronunciamento e dizer que referendamos o apoio que demos ao Senador Osmar Dias na campanha de Governador e, neste momento, estamos do seu lado e defendendo intransigentemente a sua posição, até porque o conhecemos. É um homem que tem uma independência política e que tem uma das histórias mais lindas construídas no estado do Paraná, politicamente.

Por isso, quero crer que a revista Veja cometeu um grave erro e haverá de reparar, até para que não seja isso usado no futuro político, com certeza, em que o Senador Osmar Dias deverá estar embrenhado numa futura postulação de uma candidatura majoritária, e que isso seja usado. Quem sabe já esteja sendo plantado por aqueles que, de plantão, costumeiramente, fazem esse tipo de matéria.

Parabéns pelo seu pronunciamento e um abraço a V. Exa. por essa postura clara com relação ao Senador Osmar Dias.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Para concluir, Sr. Presidente.

Agradeço o seu aparte, Deputado Ademar Traiano, e para encerrar quero dizer que a população do Paraná conhece sobejamente o procedimento político, ético e profissional do Senador Osmar Dias, pela contribuição prestada ao nosso estado. Certamente, de pronto, a própria população corrige um equívoco como este, publicado nesta revista de circulação nacional neste final.

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças: Bloco PPS/PMN.

Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel

O SR. MARCELO RANGEL

Boa-tarde Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, cidadãos paranaenses.

O PPS quer se manifestar nesta tarde. Como Líder da Bancada, na Assembleia, tenho a incumbência de passar a posição do partido, que é contrária ao aumento dessas taxas de impostos, proposta do Governo do Estado do Paraná.

Srs. Deputados, preciso também dizer que a minha escolha pessoal, por ser de Oposição, a cada dia se consolida ainda mais. Porque, Deputado Reinhold Stephanes, não tenho vergonha do meu voto. Não tenho medo de levar puxão de orelha de Chefe nenhum e também não bato e nem escondo a mão. Infelizmente, na política, isso acontece e muito. Cada cidadão paranaense irá me conhecer pela minha opinião e posicionamento, porque não sou duas caras.

A minha assinatura está ali. Sou contra o aumento de impostos e tenho certeza absoluta que os meus 52 mil eleitores também gostariam de estar aqui na Assembleia, nesta tarde, para assinar aquele quadro ali.

Pergunto aos senhores paranaenses: Qual foi a boa notícia que o Governo do Estado nos deu neste ano de 2007, que está praticamente terminando? Tivemos uma

grande notícia revelada pelo Sr. Governador ao Estado do Paraná? Uma grande e boa? Pelo menos, não consegui identificar uma notícia extremamente positiva sequer, que este Governo que aí está passou ao nosso povo. Pelo contrário, só vi aqui na Assembleia Legislativa escândalos, confusão.

Agora, o Governo do Estado do Paraná está oferecendo, Deputado Romanelli, um belo presente de Natal. Está querendo dar ao povo um presente de Natal digno desse segundo mandato do Governador. O que acho impressionante é que os discursos não estão batendo, Srs. Deputados. Já disse várias vezes que falta combinar Poder Executivo com a Liderança do Governo.

O senhor me perdoe, Deputado Luiz Claudio Romanelli, mas a verdade precisa ser dita. O Governo precisa combinar com o senhor, para que o senhor de repente não passe vergonha na Assembleia Legislativa. Porque eles falam uma coisa na “escolinha” do Governo. Aliás, na minha opinião, a Escola de Governo é um grande dramalhão mexicano, uma novela mexicana que precisa, inclusive, de dublagem - não é verdade, Deputado Elio Rusch - porque o Governador fala uma coisa, os convidados da “escolinha” falam uma coisa, daí quando chegamos na Assembleia Legislativa nos deparamos com os documentos que o próprio Poder Executivo nos manda falando outra coisa completamente diferente.

Há duas semanas atrás, ouvi o Deputado Romanelli, o senhor falou aqui, que esta história de impostos, de aumento de taxas, isto era factóide que isto era absurdo, que era coisa da Oposição - não é verdade? O senhor falou assim: “Olha, não, os Deputados que sobem aqui nesta tribuna, do lado direito, normalmente falam demais a esta questão dos impostos, não, isto nós não vamos, em hipótese nenhuma, nem analisar aqui na Assembleia Legislativa.” E agora o projeto está tramitando.

Então, o que acho que o Governo, o que o Governador, o que o Governo passa através da “escolinha” de toda terça-feira na televisão é, na verdade, história para boi dormir. Fala uma coisa na TV e depois manda os documentos aqui para nós, são totalmente diferentes, e acredito que a última resistência, a última resistência do Paraná está aqui na Assembleia Legislativa, Não é grande, mas é firme, não é verdade, Deputado Elio Rusch?

Considero a Bancada de Oposição uma bancada guerreira. É a última resistência no estado do Paraná. Agora, fica mais difícil, fica mais estranho depois que revelam a mentira. Eles estão, na verdade, querendo abrir a porteira, aumento de 200%, é impressionante, 200% de aumento. E depois, o que é que vem?

Então, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, ao povo do Paraná, apenas subi na tribuna desta Assembleia para dizer que o meu voto é contra o aumento de taxas, é contra o aumento de impostos, e representando o PPS, como Líder da Bancada, também digo a todos os cidadãos que o nosso posicionamento é contrário. Era isto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bloco PSB/PR/PRB/PV, com a palavra o Deputado Ribas Carli.

Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV: Deputado Ribas Carli Filho

O SR. RIBAS CARLI FILHO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Volto a esta tribuna para fazer um desabafo, talvez como qualquer outro cidadão paranaense gostaria de fazer no momento em que estamos vivendo. O final do ano vem chegando e pelo que tudo indica os impostos irão aumentar.

Veja, nenhuma das grandes bandeiras do Governo, dos compromissos assumidos por este Governo foram realizados. Os compromissos não foram honrados, Deputado Elio Rusch, e neste momento me solidarizo ao Deputado Marcelo Rangel de que o Governo vem nos trazer este presente: mais de 200% no aumento dos impostos.

Gostaria de perguntar ao cidadão paranaense, ao Governador Roberto Requião, se os salários aumentaram 200%, porque não vemos obras, não vemos realizações, não vemos as ações concretas do Governo do Estado, mas cobrar mais eles querem, o nosso dinheiro eles vão levar. Nós trabalhamos 12 meses, dos quais 4 nós damos para o Governo, Deputado Waldyr Pugliesi.

No momento em que se trabalha, se discursa em âmbito nacional contra o aumento de impostos, contra a carga tributária, se fala sobre redução, se fala da diminuição de impostos no nosso país, que seria o caminho para o desenvolvimento, o caminho para dias melhores, no estado do Paraná se aumenta 200% as taxas do DETRAN, do imposto, quando se herda um imóvel para doação, 50% foi aumentado!

Vou dar um exemplo aqui de uma questão bem prática para que possamos trazer para o concreto a maneira como o cidadão paranaense vai ser atingido, o aumento para que o cidadão paranaense possa tirar a carteira de motorista. Deputado Elio Rusch, deveríamos defender que quem tem uma renda desfavorável, quem ganha até 2, 3 salários-mínimos, tivesse esse serviço gratuito, porque muitas vezes uma carteira de motorista nas mãos de um cidadão paranaense pode ser a diferença entre o emprego e o desemprego!

O Governo que defende o cidadão, que defende a classe menos favorecida, neste momento está tirando a possibilidade de um cidadão que poderia, com uma carteira nas mãos, ter um emprego, conseguir gerar renda para a sua família, conseguir manter seus filhos na escola, colocar os mantimentos dentro de casa, através de uma carteira de motorista, que seria gratuita! Mas não, o Governador vem e aumenta 230%!

Temos realmente uma contrariedade. O Governo do Estado do Paraná está na contramão, não atendeu nenhum dos requisitos, não honrou nenhum dos seus

grandes compromissos assumidos na campanha! E no mês de dezembro, quase Natal, esperávamos um bom presente do Governo do Estado e é essa a mensagem que o Executivo nos traz, é essa forma que temos que encarar!

A minha assinatura, Deputado Ademar Traiano, também está contra o tarifaço, contra o aumento de impostos no estado do Paraná. Sou contrário, peço que o Governo reavalie a mensagem enviada a esta Casa, não é o momento de se aumentar os impostos, muito pelo contrário. Reitero aqui o que falei: no momento que a nossa nação discute e trabalha para que a carga tributária seja reduzida em nível nacional, o Governo do Estado aumenta em 200% as nossas taxas, aumenta nossos impostos, sem mostrar trabalho, sem mostrar serviços, sem mostrar as suas realizações, vem cobrar de nós! Porque pagar impostos é um dever de todos, mas também seria nossa vontade poder andar pelas estradas, pelos hospitais, pelas escolas e ver as melhorias, ver onde nosso dinheiro poderia estar sendo empregado. Isso não acontece, Deputado Elio Rusch!

Devemos rever essa questão. Peço que os Deputados da Situação tenham essa consciência que não é o momento, que talvez uma reavaliação tributária possa ser feita, mas não agora, Deputado Anibelli, não é isso que o povo precisa, não é isso que o povo quer neste momento! Realmente, que pudéssemos passar o próximo Natal, o final de ano, iniciar o próximo período legislativo para que todos os paranaenses pudessem ter mais tranquilidade.

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Deputado Carli, concordo com V. Exa., sei que é difícil, mas faço um apelo a V. Exa., ao seu partido em Brasília, esta Casa já aprovou o requerimento de minha autoria pedindo aos Deputados Federais e Senadores que não aprovem a CPMF. Então veja V. Exa., lá em Brasília o seu partido faz parte da base aliada, nós enviamos o requerimento e recebi do Senador Álvaro Dias uma resposta que votaria contra.

Aumento de impostos acho existe na cabeça de alguém, eu não vi do Governo. Existe uma proposta de aumento do IPVA que esta Casa sempre aprovou e votou. Queremos melhorar, tenho absoluta certeza que teremos a inteligência da Oposição e da Situação de melhorarmos o projeto para todos. Votarmos, porque é uma obrigação desta Casa, como votar o orçamento, sim, para melhorar os hospitais, os internamentos, as UTIs, as escolas. Tudo vamos ter que fazer.

Aumento de imposto eu não conheço, mas já lhe digo que se for para aumentar o imposto do cigarro eu vou apresentar emenda aqui neste Plenário. Espero que V. Exa. e a Oposição votem comigo.

Vamos tomar da bebida alcoólica, vamos taxar para dar aos que precisam. Talvez baixando o IPVA, ou mantendo a mesma taxa deste ano para o ano que vem, que esta Casa já votou.

Parabéns a V. Exa. e peço que faça o apelo ao seu partido para que não vote a CPMF em Brasília.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Agradeço ao Deputado Anibelli pelos seus pronunciamentos que vêm corroborar com o nosso pronunciamento e que farei esse apelo, sim, Deputado Anibelli. Sou contrário à aprovação da CPMF da maneira como ela está sendo apresentada. Os pontos que eu defenderia e defendo da CPMF são muito maiores. O montante a ser utilizado na saúde seria muito mais do que os 42% que o Governo hoje utiliza, por ter sido o imposto uma contribuição provisória que foi criada exclusivamente para a saúde, e que hoje, apenas 1/3 desse imposto é utilizado para a saúde.

Mas quero me ater até onde nosso braço alcança, que são os nossos impostos e as nossas taxas, que independente, Deputado Anibelli, da nomenclatura, imposto, taxa, vai aumentar. E o cidadão paranaense, para ele é indiferente ler imposto, ler contribuição ou ler taxa.

O que o cidadão paranaense vai sentir é no bolso, porque o aumento vem, independente da maneira como ele vai ser chamado.

Quero deixar esse desabafo aos Srs. Deputados, para que V. Exas. pensem, para que o Governo, a Bancada do Governo, a Bancada Governista desta Casa possa reavaliar essa mensagem, porque o Governo do Estado do Paraná está na contramão de tudo que se discute e de tudo que se diz de carga tributária no nosso país.

Não é dessa forma que queremos o nosso estado administrado. Não é dessa forma que queremos terminar mais um ano no estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças consulto a Liderança do PP. PT. Passo a palavra ao Deputado Ademar Traiano, do PSDB.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quero nesta tarde também voltar a manifestar a minha indignação com relação a este projeto ou mensagem do Sr. Governador do Estado, visando mais uma vez assaltar o bolso do cidadão paranaense.

Na esteira dos pronunciamentos já feitos aqui nesta tarde e em outros dias pelos Srs. Deputados, onde manifestam expressamente as suas indignações com relação a esse projeto. Também entendemos que além de manifestar publicamente a posição política do PSDB, partidariamente decidindo o seu voto de bancada contrária a todo e qualquer aumento de impostos previstos pelo Governador. Entendo que esta proposição do Governador e a posi-

ção dos Srs. Parlamentares desta Casa extrapolam até a vontade partidária.

Vou mais além: acho que a manifestação dos Srs. Deputados em defesa dos paranaenses como um todo, que já cansados de tanto serem usurpados pelos Poderes Públicos, através de aumento de impostos, se vêem cansados de ter que curvar-se à vontade daqueles que sem ouvir a sociedade tomam decisões unilateralmente, com o objetivo de melhorar os recursos nos cofres do tesouro do estado e da união. Em contrapartida, prejudicam os paranaenses sem o seu devido respeito àqueles que no momento mais sagrado, lá no ventre da UNE escolhem seus representantes.

E aqui neste Parlamento, nesta Casa, onde todas as vozes, com certeza, se somam no interesse maior do estado, este é o instante de levantarmos nossas vozes para defender àqueles que talvez no anonimato não conseguem estar aqui presentes para manifestarem-se com relação a esse aumento proposto pelo Sr. Governador.

Tenho a informação de que diariamente, Deputado Ribas Carli - brilhante jovem que começa nesta Casa dando uma demonstração da sua capacidade - tenho a informação de que nos cofres do DETRAN do Paraná, aproximadamente R\$ 1 milhão por dia são recolhidos, fruto de taxas, de contribuições dos paranaenses para o DETRAN. Se somarmos isto por dias úteis, em média 21 dias úteis, nós teremos R\$ 21 milhões por mês, arrecadados pelo DETRAN, que multiplicados por 12 meses chegaremos à soma de praticamente R\$ 270 milhões que o DETRAN arrecada. Arrecada, fruto das taxas recolhidas naquele órgão.

Isto significa dizer que o DETRAN não precisa de aumentos desta natureza. E volto a reafirmar minha proposição, já manifestada na semana anterior, de que muito melhor do que, de uma forma unilateral, o Governo propor um aumento de impostos, pudesse discutir com a sociedade, num plebiscito amplo, para que pudéssemos discutir o que realmente deseja a sociedade paranaense com relação a este aumento de impostos. Já que propõe o Governo, através dos seus representantes, neste movimento em defesa da baixa da tarifa do pedágio - um plebiscito - porque não fazemos um plebiscito também aqui neste Parlamento, trazendo todos os segmentos da sociedade paranaense, representados aqui no estado, para discutirmos este aumento de taxas e impostos propostos pelo Governador.

Tenho a compreensão de que os Srs. Deputados da Bancada do Governo haverão de se render aos clamores e às vozes dos companheiros, daqueles que lhes colocaram aqui nesta Casa, que haverão de se render, neste momento, e colocarem-se contrariamente a este aumento proposto pelo Governador.

Tenho a convicção de que vai falar mais alto, sim, o interesse dos paranaenses. E não tenho a menor dúvida de que os Srs. Deputados da Bancada do Governo haverão de fazer o Governador recuar, haverão de fazer com que o Governo realmente repense

esta medida, até porque tanto prega o Governador Roberto Requião a Carta Del Puebla, a defesa dos pobres, a promoção social, e não vejo, de forma alguma, com este proposto aumento, que o Governador esteja defendendo a Carta Del Puebla. Pelo contrário! Está, de uma forma unilateral, colocando aqui de uma forma ditatorial, o aumento de impostos, sob uma pressão terrível no Parlamento Estadual, que com certeza vai exercer, através de suas lideranças.

Quero crer aqui nesta Casa, os Srs. Parlamentares, conscientes que são da defesa maior deste estado, haverão de se somar nesta luta e fazer com que as vozes dos paranaenses possam encontrar eco aqui neste Parlamento, que é o grande fórum de debates da sociedade paranaense, não haverão de curvar-se à vontade daqueles governantes que, sob pressão ou troca de favores, possam impor ordens para votar esse projeto.

Já ouvi aqui neste Parlamento algumas manifestações de alguns parlamentares de que o desejo e a vontade para votar esse projeto é fazer algumas melhorias, um remendo no projeto, remendo esse, quem, sabe, fazendo uma contemporização: Não vamos aumentar 20%, mas vamos aumentar apenas 10%, para que possamos daí sim votar esse projeto. Quero deixar, com a maior clareza possível, Srs. Deputados da Bancada dos Democratas, que fecharam a questão, que acho que essa mensagem e essa votação extrapolam os limites da vontade partidária, mas que o Deputado Traiano e com certeza todos aqueles que já manifestaram claramente as suas posições com relação ao aumento de impostos, não admitem e não irão admitir que qualquer valor, seja ele o mínimo que for, que possa aviltar o bolso dos paranaenses, será por nós repudiado neste plenário.

Esta é a nossa posição, este é o nosso desejo e tenho certeza absoluta que todos os parlamentares, aqueles que já colocaram a sua assinatura neste documento que manifesta expressa e claramente o desejo de serem contra o aumento de impostos, não vão recuar nas suas posições. Por isso, nesta tarde, mais uma vez estou aqui para dizer aos paranaenses que estaremos votando e encaminhando, se necessário for, até o último momento, quando essa mensagem vier, e haveremos de mobilizar a sociedade paranaense para trazer aqui neste plenário, com o objetivo de dar a eles o direito de voz, para que possamos realmente mostrar aos paranaenses que este Parlamento não está dormindo, que os Deputados que aqui estão realmente estão em defesa de todos aqueles que não têm voz e que no anonimato gostariam de estar levantando em defesa do Paraná como um todo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência agradece a presença do Vice-Prefeito de Ubatuba, bem como registra a presença dos vereadores de Irati, Ronaldão e Cidão. Sejam todos bem-vindos à Casa!

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Senhor Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Para registrar a presença, em meu nome e do Deputado Dobrandino, do Prefeito de Matelândia, Edson Primon. Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

No Horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sra. Deputada.

Não farei aqui nenhum pronunciamento, mas apenas cumprimentar o Deputado Nelson Justus pela compreensão do nosso painel aqui no cantinho, porque também não queremos criar nenhum constrangimento. Mas, V. Exa. sabe que sempre tenho dito que discordo de V. Exa. em alguns posicionamentos aqui nestas quatro paredes, mas dali para fora V. Exa. tem da minha pessoa o respeito, a admiração e, além de tudo, uma coisa que está muito escassa neste mundo, que é a amizade familiar. V. Exa. é uma das poucas pessoas que eu visito na casa, e V. Exa. visita e abraça a minha esposa, o meu neto e a minha família.

Então, as nossas divergências, quero dizer aos servidores, aos parlamentares, aqui internamente é natural e é lógico que temos posições antagônicas, e me permite Deputado Nelson Justus, se de momento eu me exceder, V. Exa. compreenda que aqui está um italiano, esta é uma origem que para efeito de tranquilidade e de calma não é um bom predicado. Então, Deputado Anibelli, V. Exa. conhece a sua pessoa, conhece a mim, nos conhecemos, e sei disso. Por isso, para de uma vez por todas, até para não voltar a este assunto porque teremos uma batalha daqui até o final do período legislativo, e que fique evidente, discordar sim, divergir sim; mas a nossa amizade estará separada de todas as nossas divergências aqui. Subi à tribuna, Srs. Deputados, para fazer uma leitura para uma pequena recordação. O Governo nos últimos 4 anos já aumentou o número de cargos em confiança, em comissão, e tenho o relatório aqui, é importante que os Srs. Parlamentares se atenham a isso, 688 cargos. Tenho aqui, e é importante se ater a este relatório, em 688 cargos, Deputado Cartário, pelo seguinte: quantos órgãos do Governo, Secretarias foram extintos? E nenhum cargo foi extinto. Foi extinta determinada Secretaria, SERLOPAR, FUNDEPAR, e cargo extinto nenhum.

É lógico, sempre tenho dito que a vitória é gostosa, mas a derrota ensina muito mais a gente. Deputado Dobrandino, se fosse começar a minha caminhada política, gostaria de começar com derrota, porque ela ensina, é um aprendizado. E não tenho dúvida que o Governador

Requião está aprendendo muito neste mandato, porque ele estava acostumado que não tinha voz discordante, Deputado Rangel, do que ele falava, por exemplo, ele deu uma declaração de que a Oposição e o próprio repórter têm algo estranho na cabeça, para não dizer o palavrão que ele usou, muito pior que algodão o que ele usou.

Quero dizer ao Governador Requião que o excesso de poder e a falta de alguém dizer ao Governador e que ele está errando no momento, acredito, faz com que ele se irrite. Quero dizer que a Oposição não tem o que ele diz que tem na cabeça, certamente ele que está preenchendo um pouco a sua cabeça com algodão-doce, porque ele tem que colocar algodão-doce na cabeça para ver se fica um pouco menos amargo, porque amanhã teremos a “escolinha”, e não tenham dúvida que esse painel vai ser objeto de homenagem, amanhã, porque alguém está discordando da Exa., do Governador, do homem poderoso.

E uma coisa é verdade, o Governador acostumou vencer eleições em cima de farsas, e ao vencer eleição em cima de farsas todo momento em que ele é encurralado quer apresentar uma nova farsa, e agora ele apresentou uma nova farsa, dizendo que este não é um aumento, não é um tarifaço, não aumenta as taxas, não aumenta IPVA, não aumenta; é apenas uma compensação. Veja o seguinte, é menosprezar, não os Deputados de Oposição, a inteligência do povo paranaense. E ele agora ao ver que está cometendo um equívoco, a pressão da opinião pública, o posicionamento dos Srs. Parlamentares, o Governador começa achar uma saída para essa atitude, dizendo que não tem aumento.

fazer política é extremamente difícil. Por quê? Veja o que está acontecendo no estado do Rio Grande do Sul, governado pela Governadora do PSDB. Ela mandou para a Assembléia Legislativa um tarifaço. O que a Assembléia Legislativa fez? Mandou de volta. Derrubou.

Vamos pegar um pouquinho da coragem dos gaúchos e vamos dar uma demonstração ao Governo que não vamos nos submeter a isso.

O Governo do Rio Grande do Sul está falido. Não é deste Governo. Ele vem com dificuldades financeiras há muito tempo.

Este Governo está entrando em dificuldades financeiras. Temos que recordar, o tempo, às vezes, faz a gente esquecer. Lembram-se daquele Governador que chamava os prefeitos todos os dias no Palácio? Todo dia convênios. Todo dia benesses. O que aconteceu com o nosso estado? Quebrou. Faliu. Quem vai pagar? O povo paranaense? Pelas coisas mal planejadas, pelo desgoverno?

Hoje ouvi no jornal que serão entregues os televisores. Aí, acessei novamente a internet e vi o preço dos televisores: R\$ 579.

Tem uma outra conta que tem que ser feita. A empresa que vendeu os televisores para o Governo se creditou de 12% de ICMS da origem. E, ao vender para o Governo foi isenta de ICMS. Tire dos R\$ 579 mais 12%, vai ficar R\$ 509, aproximado. Você não comprou um televisor, você comprou 22 mil. Esses televisores custam

menos de R\$ 500. Quinhentos reais para chegar a 880 são 380, vezes 22 mil são mais de R\$ 7 milhões.

E para ressaltar o que o Deputado Ademar Traiano falou aqui, a bancada de Apoio à Governadora do PSDB do Rio Grande do Sul teve uma atitude elogiável, votou contra vontade do tarifaço da Governadora.

Esperamos a mesma atitude da bancada de apoio ao Governo aqui desta Casa.

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Tem muita gente que não está comprando televisão agora, porque está chegando aí a TV digital.

Um outro ponto, está no noticiário da imprensa mundial, que está se vendendo muito mais computador que televisor, porque tem a imagem de televisão no próprio computador.

Então, nos países modernos está caindo em desuso a venda de televisor, porque a grande preferência é a compra do computador.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Concluo, Sr. Presidente, só perguntando aos Srs. Parlamentares: Já compraram televisores que não tenham entrada de antena? Parece que isso tem um custo, pelo que vi no jornal, ontem. Não é verdade?

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo, com a palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Sra. Deputada Luciana Rafagnin, Srs. Deputados.

Ouvi hoje diversos pronunciamentos. Penso que o nível do debate, nesta Casa, tem que ser um nível de debate elevado. Quero reconhecer que, pelo menos nesta segunda-feira (dia 26 de novembro), os parlamentares que se expressaram o fizeram com absoluto regramento que prevê o nosso regimento, mas estou convencido, por outro lado, que é necessário que possamos avaliar o que está acontecendo e estamos vivendo.

Quero falar a V. Exas. que alguns temas que foram abordados, hoje. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero dizer que tenho muito orgulho de ter integrado as equipes do Governador Requião e de poder exercer a função de Líder deste Governo, nesta Casa.

Quando começamos a pensar no ano de 2007, retirando os factóides do que aconteceu este ano, temos que reconhecer que foi um ano profícuo para o estado do Paraná. Fecharemos o ano sendo o estado da Federação que mais cresceu industrialmente. Fecharemos o ano com grandes avanços na área da educação, tendo o melhor

salário do magistério do nosso país. Talvez, perdemos única e exclusivamente para Brasília, que é bancada com dinheiro do Governo Federal. No mais, nós somos top. Fecharemos o ano, certamente, com grande avanço na área da saúde pública, que tem um desafio a ser vencido ainda, mas num estado muito melhor do que quando começamos este ano de 2007.

Vejo, também, discursos com muitas contradições. Há Deputados aqui que, certamente, pelo próprio exercício da nossa atividade, ficam sempre acordados até mais tarde e puderam ver o que o Governo Serra, o Governo de São Paulo, o Governo do PSDB, fez no final de semana: Eles apreenderam em São Paulo, Deputado Douglas Fabrício, mais de 1.000 automóveis emplacados em Curitiba ou no Paraná, dizendo que aqueles proprietários de veículos estavam cometendo dois crimes: falsidade ideológica e sonegação fiscal. Por conta do quê? Por conta do IPVA de São Paulo que V. Exas. sabem é de 4%, tanto para os veículos normais quanto para as famosas locadoras de veículos.

Está sendo feita uma campanha pelo Governo de São Paulo, que envolve Ministério Público Estadual, Federal, Judiciário, contra aquilo que se diz em relação ao que nós aqui temos, uma política de IPVA muito baixo. Por quê? Porque o IPVA de Santa Catarina é mais alto que o nosso; o IPVA do Rio Grande do Sul é mais alto que o nosso. Aqui, efetivamente, estamos discutindo a questão do IPVA no sentido de promover uma pequena adequação no valor do IPVA. Um ajuste que, certamente, dará benefícios do ponto de vista de recursos para os municípios, porque metade desses recursos irão para o município e a outra metade fica na fonte zero, fica com o estado e serão aplicados. Trinta por cento desse recurso vai ser investido em educação, 12% vai ser investido na saúde. Sabemos que está carimbado para onde vai o dinheiro, para a fonte zero, zero. É imposto, não pode ter vinculação nenhuma.

Meus amigos, companheiras e companheiros, quero dizer que é claro que o projeto do IPVA pode ser adequado. Há uma proposta formulada, que ouvi pela primeira vez do Deputado Alexandre Curi, de poder isentar as motocicletas de até 125 cilindradas, que são 147 mil, dos nossos motoboys. É uma proposta que está sendo discutida de isenção.

Há uma outra proposta formulada pelo Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Welter, de discutir a questão dos veículos automotores de até 1.000 cilindradas, cerca de 750, 780 mil veículos. É uma proposta que tem que ser discutida, Deputado Anibelli, sobre esse tema. A nossa bancada tem que discutir esse tema.

Como também todos nós sabemos - gostaria de ver o IPVA progressivo, aquelas caminhonetes bonitas, Prada, Pajeto, Ranger Rover, essas que custam R\$ 200, 300, 400 mil, a Hilux, a Cherokee, seria bom ter um IPVA de 4%. Certamente faríamos o reconhecimento da capacidade contributiva dos proprietários. Penso que temos que ter a coragem para enfrentar, como a questão

do ITCMD. Discutimos esse imposto, discuti com a Fazenda, a partir das discussões que tive com o nobre Deputado Reni Pereira, que conhece a matéria. Precisamos checar os detalhes, Deputado Reni Pereira. Mas V. Exa. intelectualmente é quem pôde me transferir grandes conhecimentos sobre essa progressividade desse imposto, que de fato altera e cria uma situação muito mais justa em relação ao contribuinte.

Em relação às taxas do DETRAN não dá para brigar contra a realidade. V. Exas. viram. Deputado Valdir Rossoni, o jornal que V. Exa. tanto aprecia, especialmente, a um dos colonistas com quem mantém um relacionamento de muita amizade e respeito, demonstrou que a carteira de motorista no Paraná custa a metade, um pouco menos do que a metade em qualquer outro estado da Federação. V. Exas. viram no jornal Gazeta do Povo, que tem toda aquela modelagem, um layout muito interessante, mostra que a nossa carteira de motorista custa metade do que custa, em qualquer outro estado da Federação. Por que custa isso? A explicação está dada e V. Exas. têm bons ouvidos para ouvir e olhos para enxergar.

Sabemos que o Paraná não está cumprindo a resolução do CONTRAN, que obriga que possamos pagar, contratar através do credenciamento, do procedimento licitatório, os médicos, e psicólogos que farão os exames e pagar a eles o preço da tabela da AMB - Associação Médica Brasileira, como do Conselho dos Psicólogos.

Sras. e Srs., tem toda uma lógica naquilo que estamos falando e fazendo. Não existe tarifaço. Quero dizer que a Oposição está no direito de fazer artificialmente esses movimentos. É o próprio da Oposição. A Governadora Yeda Crucius foi derrotada, porque ela queria aumentar. O que disse aqui, que o estado do Paraná não ia e não vai, nem hoje e nem amanhã, aumentar o ICMS, que é a melhor política tributária. Deputado Valdir Rossoni, sei o quanto V. Exa. gosta da nossa política tributária do ICMS. Não mexemos. Não vou dizer que ela é sagrada, porque não tem nada de sagrado, a não ser Deus. Mas, certamente, a nossa política tributária é uma política tributária com começo, meio e fim.

Por isso, quero dizer que tanto o Governador Serra que persegue os veículos emplacados do Paraná, Governador do PSDB, Deputado Strapasson, como a Governadora Yeda Crucius, a Governadora, na verdade, quis fazer um reajuste de impostos. Agora, temos que reconhecer que a situação do Rio Grande do Sul é uma situação gravíssima, gravíssima - 2,2 bilhões de déficit já de saída em qualquer orçamento - não tem quem consiga governar um estado igual a este.

Agora, falta de fato um processo de discussão mais amplo, como aqui no Paraná temos tido. Por isto quero repetir, os recursos são importantes, vão ser aplicados naquilo que é fundamental para o nosso estado.

O nosso Governo é um Governo honrado e, certamente, as mensagens têm que ser discutidas sem criar aqui, artificialmente, nenhum clima de emoção desnecessário, discutir com a nossa base aquilo que deve ser

adequado e alterado e estamos abertos a fazer esta discussão. Mas, certamente, saber que todos nós que damos sustentação ao Governo Requião temos um dever de lealdade, de companheirismo, para que possamos avançar nas nossas boas políticas públicas e ter em 2008 um grande ano, de boa gestão financeira, de bom avanço nas nossas políticas públicas, mas fundamentalmente sabendo que estamos praticando atos que são do bem e, reconhecidamente, que acreditamos no nosso Governo.

Era isto, muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, pela atenção que me dispensaram.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (**Pela Ordem**)

Apenas para registrar, Sr. Presidente, a ausência da Deputada Rosane que está representando a Assembléia Legislativa, em Brasília, e o fará ao longo desta semana, porque ela está participando do Fórum Nacional das Cidades.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

O SR. ELTON WELTER (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o Deputado Luizão também está ausente em função de estar na Conferência Nacional das Cidades.

E para infelicidade nossa, Sr. Presidente, também, ultimamente, temos perdido muitos companheiros. O tio do Deputado Pedro Ivo também faleceu no dia de hoje e em função disto também está ausente do plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para informar a V. Exa. e aos nobres Pares que amanhã, às 10h30, aqui no salão nobre, estaremos realizando, em conjunto com três comissões, a de Meio Ambiente, a Comissão de Indústria e Comércio e de Agricultura, aquela reunião com a Bioex, empresas de Ponta Grossa, trazida aqui pelo Deputado Jocelito Canto, e que vai nos apresentar em detalhes, na presença da LACTEC, da PECPAR, do Centro Paranaense de Agro-Ecologia e de algumas universidades, as suas conclusões.

Esperamos a presença de todos os companheiros Deputados, porque haverá de ser, sem dúvida nenhuma, uma profícua reunião, com boas conclusões para todos nós. Um aprofundamento daquela questão da extração do etanol pela batata-doce, a partir da batata-doce, uma cultura da pequena agricultura familiar.

Fica o convite, Sr. Presidente, já agradecendo sua aquiescência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Amanhã às 10h30, no salão nobre, portanto.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 158/07, subscrito pelo Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente, informando que nos dias 26 a 29 do corrente mês, estará em Brasília, na 3ª Conferência Nacional das Cidades, evento onde foi indicado como Delegado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 127/07, subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência da Sessão Plenária de hoje (26 de novembro de 2007), por encontrar-se com problemas de saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Proposta de emenda constitucional, de autoria dos Srs. Deputados Nelson Justus e Alexandre Curi, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebido; protocola-se; publique-se no Diário da Assembléia e em avulso para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para providências.**

Indicação nº 369/07, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a doação de áreas de terras do DER, ao município de Capanema. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ademir Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Mamede, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Partido Democratas) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, é muito mais para fazer um convite que já foi enviado a todos os Deputados da Casa: amanhã, a partir das 9 da manhã, através da Comissão de Assuntos Metropolitanos, estaremos fazendo uma Audiência Pública de combate à pirataria em todas as regiões metropolitanas.

Estou reforçando o convite.

Discussão/Votação

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 688/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 041/07, fica autorizada a transferência de recursos provenientes da arrecadação do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, no exercício de 2007, no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para o orçamento próprio do Departamento de Estrada de Rodagem - DER. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 688/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

A emenda ao Projeto de Lei nº 688/07 visa modificar o artigo 3º do presente projeto, determinando que os recursos de que trata o projeto de lei deverão ser utilizados para as finalidades estabelecidas pelo artigo 22 da Lei Federal nº 9503/07 (Código de Trânsito Brasileiro).

Fundamentação

A presente emenda ao Projeto de Lei nº 688/07 tem o objetivo de determinar que os recursos de que trata o projeto deverão ser utilizados para as finalidades estabelecidas pelo artigo 22 da Lei Federal nº 9503/07 (Código de Trânsito Brasileiro).

O Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná estabelece que as proposições poderão ser emendadas, por qualquer Deputado, nas comissões:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, parágrafo 3º deste Regimento.

Cabe ressaltar também que a presente emenda preenche os requisitos da Lei Complementar nº 095/98.

Assim, não encontramos nenhum óbice à emenda modificativa apresentada.

Conclusão

Ante o exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de legalidade opinamos pela sua aprovação

Sala das Comissões, em 20.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Mauro Moraes, Professor Luizão, Artagão Júnior, Ademar Traiano e Carlos Simões.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

Em votação a emenda de plenário, em discussão, em votação, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, apenas para posicionamento dos Srs. Parlamentares: o que o Deputado Carli está pedindo na sua emenda é apenas a regulamentação da Constituição Federal, e aplicação dos recursos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, passamos à fase de encaminhar, não vamos encaminhar, mas orientar nossa bancada: a emenda, por decisão do Relator, Deputado Nereu Moura, veio com parecer favorável. Então, temos que rejeitar a emenda. A emenda obviamente vai ser rejeitada pela nossa bancada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder à verificação de votação.

Os Deputados favoráveis à emenda queiram levantar-se.

Quinze Srs. Deputados. **Está rejeitada a emenda.**

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 667/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que disciplina o uso de vasilhames plásticos retornáveis utilizados no envasamento, industrialização e comercialização de água mineral no estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CICTM. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 708/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 046/07, que aprova abertura de crédito especial no valor de R\$ 6.534.418,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDAS DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 727/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 047/07, que autoriza o Poder Executivo a contratar a operação de crédito externo até o montante de US\$ 10.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, para financiamento do Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais no Estado do Paraná - Pró APL. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 774/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo - Obra Unida de Marilândia do Sul, com sede e foro no município de Marilândia do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

2ª Discussão**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 334/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que institui o programa estadual de apoio técnico financeiro às casas familiares rurais do estado do Paraná por meio da ARCAFAR/Sul - Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 425/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente de Assistência Social São José Abassajo, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 608/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que dispõe sobre o funcionamento da Biblioteca Pública do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 697/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que institui a política estadual de incentivo para o idoso e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CICTM. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 715/07, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Osvaldo Trevisan. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 124/07, de 03/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 715/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, tem como escopo conceder título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Osvaldo Trevisan.

Legitimidade

Dispõe a Lei nº 13115 de 14 de fevereiro de 2001 alterada pela Lei nº 14677 de 06 de abril de 2005:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do Paraná e que satisfaça pelo menos 2 dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada. (...)

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

§ 1º Casa partido político poderá representar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou de Benemérito, a sua escolha, por legislatura.

Conforme se pode depreender do acima transcrito, cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedente título de Cidadão Benemérito, de forma que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto.

Entretanto, neste caso, muito embora o autor não possua partido político, há expressa autorização por parte do Presidente desta Casa de Leis, o que faz com que a presente proposição encontra-se dentro dos preceitos trazidos como requisitos de admissibilidade para a aprovação de projeto de lei que trate da presente matéria.

Ademais disto no que concerne à técnica legislativa, o presente projeto de lei não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar 095/98.

Conclusão

Diante do analisado, em face da legalidade e constitucionalidade, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 06.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

Solicito ao Deputado Douglas Fabrício - 1º Secretário, que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados. Os que forem favoráveis ao projeto votem com a expressão SIM. E os que forem contrários votem com a expressão NÃO.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT) (Pela Ordem)

Tem Deputado que desconhece quem era Osvaldo Trevisan. Só para dizer que era Deputado dessa Casa, foi Prefeito de Cornélio Procopio, foi Deputado Federal, nascido em Bauru, estado de São Paulo, é uma homenagem da Casa a um ex-colega nosso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o 1º Secretário, Deputado Douglas Fabrício.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (1º Secretário)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. 1º SECRETÁRIO (Douglas Fabrício)

Trinta e oito, Srs. deputados responderam à chamada com a expressão SIM, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está **aprovado** o projeto.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 781/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 050/07, que altera a redação do artigo 1º da Lei Estadual nº 14233 de 26 de novembro de 2003. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 142/07, de 05/11/07, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 781/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo alterar dispositivos da Lei nº 14233/03.

Legitimidade e Legalidade

A lei complementar nº 095/98, que dispõe sobre a criação, redação e alteração das leis, diz o que segue, no que tange as alterações.

Art. 12 A alteração da lei será feita:

III - nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras:

A iniciativa das alterações legislativas cabe aos mesmos parlamentares que detêm a iniciativa para a propositura de lei nova, ou seja, os mesmos elencados no artigo 65 da Constituição Estadual supramencionada. Razão pela qual o presente projeto apresenta-se em consonância com o exigido formalmente.

A Constituição Estadual assim assegura:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Portanto, podemos concluir com este artigo que quem detém competência para a propositura de lei é quem tem competência para alterá-la, e como a lei em questão é de iniciativa Parlamentar dessa Casa, não resta dúvida sobre tal possibilidade.

Ainda, projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa Lei Complementar nº 095/98, não havendo óbice algum a perfeita continuidade do presente projeto.

Conclusão

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 787/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Associação Palotinese da Cultura, com sede e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 142/07, de 05/11/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 787/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elton Welter, declara de utilidade pública a Associação Palotinese da Cultura, com sede e foro no município de Palotina, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 794/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera o artigo 1º da Lei nº 12732, de 30 de novembro de 1999, que declarou de utilidade pública a Associação Anniballe Ferrarini, Centro Cultural Brasil-Itália, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 145/07, de 08/11/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 794/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei altera a Lei nº 12732/99, a qual declarou de utilidade pública a Associação Anniballe Farrarini - Centro Cultural Brasil-Itália, com sede e foro nesta capital.

Fundamentação

O projeto pretende alterar o artigo 1º da Lei nº 12732/99, com o intuito de corrigir a denominação da Associação declarada de utilidade pública, pois a mencionada lei declarou de utilidade pública a Associação Anniballe Farrarini - Centro Cultural Brasil-Itália e a denominação correta é Aniballe Ferrarini e não Farrarini.

Portanto, chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, diante da legalidade aferida, opina-se pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 20.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3447, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

Requerimentos nºs 3448 a 3451, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Rejeitados.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para discutir, Sr. Presidente, ou para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Já foi discutido e já foi encaminhado, Deputado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas, Sr. Presidente, tem Deputado aqui que não estava presente, não sabe do que se trata. O senhor pode pelo menos ler o requerimento?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Penso que o Deputado Jocelito tem razão. Os requerimentos precisam e podem ser lidos por esta Casa. Agora, também queria requerer, Sr. Presidente, que como tratam da mesma questão que já foi discutida e foi lida, que eles pudessem ser votados em bloco.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Temos que colocar em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Embora eu reconheça que o Deputado Jocelito tem razão em relação à leitura dos requerimentos, acho que é um direito que o Deputado tem, mas que fossem votados em bloco.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, só gostaria, porque o requerimento não foi lido pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa., quando encaminhou, leu item por item, até 45º item.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu fiz o encaminhamento. A Mesa não leu.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O que vamos fazer é o seguinte: vou solicitar à 1ª Secretária que leia o requerimento e votamos todos em bloco, se V. Exas. concordarem.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Não existe isso no Regimento Interno. Primeiro, que não há nenhum pedido oficial de ninguém na Mesa e não pode mais fazer o pedido.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perdoe-me, Deputado Jocelito Canto, mas isso não tem que constar no Regimento Interno. Há uma solicitação do Deputado Romanelli. Vamos ler todos os requerimentos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas são assuntos diferentes.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não são. Perdoe-me, mas V. Exa. sabe.

Não vamos brincar. Vamos ler todos os seus requerimentos e se o Plenário concordar, votaremos em bloco.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Vou encaminhar todos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não vai.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas então o senhor está rasgando o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

De jeito nenhum. Estou colocando em votação a sugestão. Vamos ler os requerimentos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O senhor vai ler todos?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Todos os requerimentos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

E depois eu posso encaminhar. Não vou poder encaminhar?

O SR. OSMAR BERTOLDI (Partido Democratas)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

No meu entender, Sr. Presidente, o Plenário é soberano. Esse é o princípio básico do Parlamento. Se o senhor colocar em votação e o Parlamento entender que serão votados todos em requerimentos em bloco, o Plenário é soberano e se vota em bloco.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Atenção, Srs. Deputados. Encerrada a discussão, coloco em votação a apreciação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Quero encaminhar a discussão do pedido do Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. tem 10 minutos para encaminhar todos em bloco, desde que o Plenário concorde.

Srs. Deputados que são favoráveis ao Requerimento nº 3511, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a votação em bloco, permaneçam como estão. Está **aprovada** a solicitação do Deputado Luiz Claudio Romanelli.

V. Exa. tem 10 minutos para encaminhar os requerimentos e após os 10 minutos votamos em bloco os 5 requerimentos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, só queria deixar registrado que outro dia V. Exa., usando desse mesmo artifício, não permitiu que eu fizesse.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não é verdade.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Se o senhor quiser ouvir as fitas, pode ser na hora que o senhor quiser. Está gravada a sua voz. Agora o senhor legislou do jeito que o senhor quis, como a placa do Deputado Rossoni, que está ali ainda. V. Exa. não está cumprindo o que escreve e o que diz, porque a placa do Deputado Rossoni está ali. O senhor disse que iria tirar e não tirou.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. tem 10 minutos para encaminhar.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Vou só fazer uma colocação aqui. Vou ser bem sincero!

Os mais simples sempre pagam pelos que têm o “rabo preso” com alguém. Eu, sinceramente, quero deixar essa minha posição registrada aqui, que infelizmente algo tão sério, que foi até questão de notícia de um grande jornal do Paraná, estamos empurrando com a barriga. Temos medo do quê? Não somos um Poder que deve investigar? Não somos um Poder que tem que acompanhar? Infelizmente parece que temos medo. É por isso que a política do país está assim, infelizmente. Os grandes determinam, os pequenos obedecem, os mais pobres sofrem, os poderosos roubam, fazem o que querem, e alguns acobertam.

Eu tenho a minha consciência do dever cumprido, estou fazendo aquilo que a minha consciência manda. E eu vejo falar em CPI da Corrupção; para que CPI da Corrupção? Acho que não precisa mais CPI da Corrupção, não temos que investigar nada, não podemos pedir informação, o direito que pede um Parlamentar de pedir informação, não pode, pedir informação de algo que quer saber. Não sei o que estamos fazendo aqui, não podemos pedir informação, por exemplo, sobre a situação dos cartórios, um cartorário tem um cartório em Ponta Grossa, tem outro em Curitiba e ninguém sabe como é que foi designado. Deveríamos fazer uma CPI dos Cartórios.

Acho que era uma coisa boa, importante fazer para levantar tudo isso. As empresas, estão as Prefeituras licitando os bancos, ninguém licita nada. Enfim, parece que se tem medo de algo. Acho que não deveria ter medo das coisas, porque o cidadão que tem medo é porque ele deve alguma coisa. Pelo menos eu penso isso, eu, com todos os problemas que tenho estou tendo a coragem de propor aquilo que alguns gostariam de ter, mas parece que não têm.

Então, acho que CPI da Corrupção não adianta, não adianta mais nada. Vamos votar, eu sei que só eu vou votar, e não dando certo aqui vou levar esses documentos para outro lugar, porque infelizmente na Casa que o povo diz que é para legislar, não quer deixar apresentar requerimento. Então, só lamento isso, porque na verdade eu queria saber, como fiscalizador do povo, que todo mundo que usa dinheiro público, todo mundo tem que prestar conta, não interessa quem seja, todos os Poderes que usam o dinheiro do povo têm que prestar conta para o povo.

Só gostaria que o senhor encaminhasse da maneira que o senhor quisesse, afinal V. Exa. é o Presidente, e os poderosos mandam e os pequenos dizem amém.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, vou votar a favor do pedido de informações. O Deputado Péricles também está se manifestando no mesmo sentido, por entender, Sr. Presidente, que a Assembléia Legislativa, ao votar o orçamento, tem o direito de fazer algumas solicitações e pedido de informações que é uma prerrogativa do Deputado. Não quero entrar no mérito do Deputado Jocelito Canto, se o seu pedido tem o condão ou não de fazer com que o Tribunal se submeta e responda, até porque tenho dúvidas com relação a isso. Mas o direito de fazer o pedido de informações me parece ser sagrado do Deputado. A partir do momento que não puderem, ou entenderem que não devem, até porque não posso antecipar uma votação que não foi feita, acho que entramos num caminho muito complicado.

Então, Deputado Jocelito Canto, tanto eu quanto o Deputado Péricles - não quero me manifestar em nome do PT porque não conversei com o nosso Líder - mas tanto eu quanto o Deputado Péricles vamos votar a favor do pedido de informações, porque entendo que é uma prerrogativa, assim como foi do Congresso Nacional fazer a CPI do Judiciário. Se temos aqui a prerrogativa de liberarmos o orçamento para o Judiciário, obviamente que é nossa obrigação, se entendermos que há algum tipo de informação a ser prestada, a obrigação de fazê-lo e essa solicitação encaminhá-la à Mesa.

Era essa a solicitação, Sr. Presidente.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (Pela Ordem)

Só para comunicar a presença do meu amigo Juiz de Colombo, Luiz Fernando Keps entre nós, ele que também já dirigiu o Tribunal de Pequenas Causas. É um prazer tê-lo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas para complementar o que disse o Deputado Tadeu Veneri, em momento algum retira-se a prerrogativa do Deputado Jocelito Canto, tanto isso é verdade que vamos votá-la.

Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, o senhor não vai ler os requerimentos? O senhor ficou de ler os requerimentos, um por um.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (Pela Ordem)

Presidente, não justifica a leitura dos requerimentos.

Todos os Líderes têm os requerimentos. Houve a discussão adiada. Consta na ata.

Então, não justifica a leitura dos requerimentos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. está coberto de razão, mas vamos atender o Deputado Jocelito Canto.

Solicito ao 1º Secretário que proceda à leitura dos requerimentos.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Douglas Fabrício)
(Procede à leitura dos requerimentos)**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado.

Está em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão.

Aprovado.

Verificação de votação a pedido do Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e sete Deputados rejeitam o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, para registrar os votos dos Deputados Péricles, Tadeu, Jocelito e Welter. Os 4 Deputados que votaram a favor da transparência do Poder Judiciário.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Registrar a minha abstenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Estão rejeitados os requerimentos.

Requerimento nº 3464, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3452 e 3489, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3476, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento nº 3487, de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. À **Comissão Executiva, para deliberar.**

Requerimentos nºs 3490, 3491 e 3492, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3494, 3495, 3496 e 3497, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3501 e 3502, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3503, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 3505, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 3507, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3468 e 3469, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3485, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3488, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3498, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. À **Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3504, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3509, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3510, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3508, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Encerramento da Sessão

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 037/07.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 424 e 700/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 425 e 688/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 715, 781, 787 e 794/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 785, 786 e 810/07.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADO A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NEY LEPREVOST EM SESSÃO DO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2007.

“Por quê no te callas”

Juiz Federal Friedmann Wendpap

Essa exclamação do Rei da Espanha dirigida ao Presidente da Venezuela trouxe à tona uma tensão que o chavismo tende a acentuar. Voltando alguns anos no calendário, é fácil lembrar-se da questão militar entre o Brasil e a Argentina e perceber, com os olhos de hoje, como essa tolice atrasou os dois povos; passamos quase dois séculos sem infra-estrutura de transporte e comunicação que propiciasse a integração das economias e das culturas, para enriquecermos juntos. Aos nos vermos como inimigos potenciais, conjecturando guerra, imaginou-se até o absurdo de que as águas de Itaipu fossem usadas para, num ato bélico, inundar a Argentina.

As ditaduras foram vencidas e situações mal resolvidas, como a fronteira entre o Peru e o Equador, o litígio entre a Bolívia e o Chile pelo acesso ao oceano, esfriaram causando a impressão de que as condições políticas para a integração econômica e cultural surgiram firmes. O MERCOSUL é uma das expressões desse momento; seus tropeços nunca trouxeram o passado de volta porque há entre os fundadores o compromisso de que a democracia é a condições para a manutenção do bloco.

As ditaduras vicejam na tensão. Não há ditaduras tépidas, sem adversários reais ou fabricados. A democracia é branda, rotineira, tediosa de tão previsível. Francisco Campos, o ideólogo do Estado Novo e redator do Ato Institucional nº 1, dizia que a democracia era afeminada tal qual a rotina forense. Estados democráticos não entram em guerra entre si e as suas diferenças não geram o tensionamento que instala a desconfiança.

A diversidade de pensamento, a espontaneidade, o dissenso, aos olhos das tiranias, são uma fraqueza inaceitável, pois impedem que o povo se unifique, sob a liderança do “comandante em chefe” para combater os fantasmas criados para manter o clima tenso. Passeatas, mobilizações, hiperdimensionamento de banalidades, provocações, acintes, tudo para gerar factóides que mantenham as pessoas com o sentimento de que carecem da proteção de um pai, de um salvador.

O espectro do populismo ronda, a exemplo da ascensão do fascismo na Itália nos anos 20. Jovens e imperfeitas democracias da América do Sul servem de meio para que os caudilhos recebam do povo a delegação do poder político e decidam mantê-lo vitaliciamente para moldar um novo homem em cada cidadão. Essas personalidades singulares saltam dos livros de história e se repetem. A comédia é o início desse enredo que sempre finda como tragédia, intensificando a pobreza e a ignorância.

O caudilho fala caudalosamente para não dar ensejo a que as pessoas relaxem a reflitam sobre o prazer de pensar por conta própria, sem a verborragia que brota da televisão.

Cada Chefe de Estado (mais de trinta), na reunião de Estados ibero-americanos, tinha 5 minutos para falar na saudação de abertura do evento. Respeitando-se esse tempo, a sessão duraria mais de três horas. O Presidente da Venezuela já falava por 21 minutos e, além da descortesia pelo excesso de tempo, verberava para incrementar a tensão, construindo um alvo para sua ira teatral. O alvo, José Maria Aznar, ex-primeiro Ministro da Espanha, derrotado nas eleições de 2003, não tem relevância política atual e não mereceria nenhuma menção na reunião de Chefes de Estado. Foi usado como factóide para a cascata verbal. Contudo, uma palavra machucou os espanhóis: fascista. A ignorância do Presidente da Venezuela não permitiu que ele tivesse sensibilidade para a cicatriz profunda que a guerra civil deixou na alma espanhola. Fascismo para eles não é só incontinência verbal do Ditador de um país em vias de empobrecimento. Guernica, de

Picasso, é a imagem que assalta um espanhol quando ouve o pejorativo fascista.

A exclamação de Juan Carlos, um espanhol, atingiu o núcleo do fascismo que está se instalando na Venezuela: sem o artifício da tensão, a ditadura implode.

Friedmann Wendpap é Juiz Federal e professor de direito da UTP

Publicações

Presidência

Atos

ATO DO PRESIDENTE Nº 017/07

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 34, do Regimento Interno,

DECLARA :

constituída a Comissão Especial de Reforma da Constituição, composta pelos Deputados Caíto Quintana, Francisco Bühner, Pedro Ivo, Plauto Miró e Ney Leprevost, para opinar sobre a Proposição nº 092/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que acresce parágrafo e incisos ao artigo 207, da Constituição do Estado, garantindo a preservação integral da Serra do Mar.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20.11.07.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 018/07

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 34, do Regimento Interno,

DECLARA :

constituída a Comissão Especial de Reforma da Constituição, composta pelos Deputados Plauto Miró, Duílio Genari, Ademar Traiano, Pedro Ivo e Dobrandino da Silva, para opinar sobre a Proposição nº 037/07, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que altera o artigo 77, da Constituição do Estado.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.11.07.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

Atas de Comissão

Especial de Reforma da Constituição

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO ATA DA INSTALAÇÃO

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, no gabinete da presidência do plenário, reuni-

ram-se os membros da Comissão Especial que irá opinar sobre a Proposta de Emenda da Constituição - Proposição nº 092/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, para sua instalação e eleição de Presidente e Vice-Presidente. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio verificou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Caíto Quintana e Plauto Miró para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Sr. Presidente indicou o Deputado Ney Leprevost para relatar a matéria. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO ATA DA INSTALAÇÃO

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, no gabinete da presidência do plenário, reuniram-se os membros da Comissão Especial que irá opinar sobre a Proposta de Emenda da Constituição - Proposição nº 037/07, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, para sua instalação e eleição de Presidente e Vice-Presidente. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio verificou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Ademar Traiano e Duílio Genari para Presidente e Vice-Presi-

dente, respectivamente. Assumindo o cargo para a qual foi eleito, o Sr. Presidente indicou o Deputado Plauto Miró para relatar a matéria. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, no gabinete da presidência no plenário, reuniram-se os membros da Comissão Especial constituída para opinar sobre a Proposta de Emenda da Constituição - Proposição nº 037/07, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, sob a presidência do Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal, o Presidente abriu os trabalhos, passando a palavra ao Deputado Plauto Miró, para que o mesmo relatasse a matéria. O Deputado Relator apresentou parecer FAVORÁVEL à proposição, opinando pela sua APROVAÇÃO, na forma do substitutivo geral. Colocando em votação, o parecer foi APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

